

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR

CAMPUS BELÉM

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

BELÉM – PARÁ 2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR

CAMPUS BELÉM

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

* Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
* Nome do Campus: Belém
* Endereço completo: Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco. CEP: 66.093

–020 –Belém/Pará

* Telefone do campus: (91) 3201-1700
* Site do Campus: [www.belem.ifpa.edu.br](http://www.belem.ifpa.edu.br/)
* Email: [sch@ifpa.edu.br](mailto:sch@ifpa.edu.br)
* Eixo Tecnológico ou Área: Ciências Humanas
* Carga Horária: 3.200 h
* Reitor: Cláudio Alex Jorge da Rocha
* Pró-reitor de Ensino: Elinilze Guedes Teodoro
* Pró-reitor de Pós-Graduação,Pesquisa e Inovação: Ana Paula Palheta
* Pró-reitor de Extensão e Relações Interinstitucionais: Fabrício Medeiros Alho
* Pró-reitor de Administração: Danilson Lobato da Costa
* Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional: Raimundo Nonato Sanches de Souza
* Diretor Geral do Campus:Raimundo Otoni Melo Figueiredo
* Diretor de Ensino: Laudemir Roberto Ferreira Araújo
* Equipe de Elaboração do PPC:
* Gustavo Henrique Barbosa (Presidente)
* Humberto de Castro Brito (Membro)
* Natalia Conceição da Silva Barros Cavalcanti (Membro)
* Ricardo Afonso Ferreira de Vasconcelos (Membro)
* Cristiane Damasceno (Membro)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR

CAMPUS BELÉM

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

* Ronaldo Luiz da Silva do Nascimento (Membro)
* Kirla Korina dos Santos Anderson (Membro)
* Jean Guilherme Guimarães Bittencourt (Membro)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR

CAMPUS BELÉM

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

1. JUSTIFICATIVA 10
2. REGIME LETIVO 14
3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO 14
4. OBJETIVOS DO CURSO 15
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 17
6. ESTRUTURA CURRICULAR 17
   1. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO 18
   2. MATRIZ CURRICULAR 19
7. METODOLOGIA 27
8. PRÁTICA PROFISSIONAL 30
9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 34
10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 36
11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES 37
12. APOIO AO DISCENTE 39
13. ACESSIBILIDADE 41
14. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM 45
15. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM 50
16. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

..................................................................................................................................................... 51

* 1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 52
  2. COORDENAÇÃO DE CURSO 53
  3. COLEGIADO DO CURSO 56
  4. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO 56
     1. AVALIAÇÃO EXTERNA 58
     2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DO CURSO 58
     3. ENADE 59
     4. AVALIAÇÃO DOS EGRESSOS 59
     5. OUVIDORIA 60
     6. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO 60

1. CORPO PROFISSIONAL 60
   1. CORPO DOCENTE 60
   2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 67
2. INFRAESTRUTURA 68
   1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL 71
   2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENADOR 71
   3. SALA DOS PROFESSORES 71
   4. SALAS DE AULA 72
   5. BIBLIOTECA 72
   6. ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 73
   7. LABORATÓRIOS 73
3. DIPLOMAÇÃO 74
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 76

APÊNDICES 81

APÊNDICE 1 - EMENTÁRIO 81

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Esta Lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação. O capítulo II, seção I, inciso XX estabeleceu que o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá passassem a ser uma mesma instituição, o IFPA. A partir desta Lei, as instituições e unidades vinculadas ao IFPA passaram para a condição de Campus, desta forma, a então sede do antigo CEFET-PA, passou para o status de Campus do IFPA.

O IFPA Campus Belém possui 106 anos de história, passando por várias reformas ocorridas na Educação Profissional do Brasil, tendo sido: Escola de Aprendizes Artífices do Pará - EAA-PA (1909), Liceu Industrial do Pará- LI-Pará (1937), Escola Industrial de Belém (1942), Escola Federal Industrial do Pará (1966), Escola Técnica Federal do Pará - ETFPA (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - CEFET-PA (1999) e, desde 2008, foi incorporado como Campus integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.

O IFPA Campus Belém está localizado na Avenida Almirante Barroso, nº 1155, entre Travessa Timbó e Travessa Mariz e Barros, no bairro do Marco, CEP 66093-020.A área de abrangência do Campus Belém, foi definida pela Resolução nº 111/2015-CONSUP de 19 de agosto de 2015, e além do município de Belém, no que tange à oferta de ensino, os municípios de Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure também fazem parte dessa abrangência.

Atualmente o IFPA Campus Belém oferta cursos de nível médio, na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica nas formas Integrada ao Ensino Médio(Ensino Médio e Educação Profissional compondo currículo único e integrado, constituído de formação geral e formação técnica, destinando-se ao

público que concluiu o Ensino Fundamental, preferencialmente na faixa etária própria: menores de 18 anos) e Subsequente (curso técnico de nível médio destinado aqueles que já concluíram o Ensino Médio, com currículo constituído apenas da formação técnica). Oferta ainda, cursos Superiores de Tecnologia, em nível de graduação, cursos de graduação na área de Engenharia e, a formação de professores ofertando graduação na área de Licenciaturas. Atualmente o Campus Belém oferece a Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia.

Sendo a verticalização uma das marcas da Rede EPT, o IFPA Campus Belém oferta também Pós-Graduações tanto Lato Sensu como Stricto sensu.

De acordo com o organograma do Campus Belém compõem a estrutura da Direção de Ensino os seguintes Departamentos: Departamento Pedagógico de Apoio ao Ensino (DEPAE), Departamento de Ensino, Processos Industriais, Informação e Comunicação (DEPIC), Departamento de Ensino, Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Hospitalidade, Lazer e Segurança (DEGAS), Departamento de Ensino, Recursos Naturais, Design e Infraestrutura (DERIN) e Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores (DEPRO).

O curso de Licenciatura em História estará ligado ao Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores (DEPRO) e terá sua primeira oferta programada para 2020. Serão disponibilizadas 40 vagas por ano com entrada única no primeiro semestre letivo pelo SISU – Sistema de Seleção Unificada do Governo Federal e/ou pelo PSU – Processo Seletivo Unificado de graduação do IFPA.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História, pela especificidade da instituição ofertante, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi pensado para garantir que na formação do professor haja uma profunda reflexão acerca da História em sua relação com a Ciência e o Mundo do trabalho. Este projeto preocupou-se também com o entendimento das questões amazônicas, de modo a formar profissionais engajados em seus processos de auto(trans)formação, e da constituição e reforço das identidades e das capacidades propositiva, investigativa e criativa. O

percurso formativo valoriza ainda a reflexão sobre o ensino pois, além dos elementos necessários à compreensão da natureza do conhecimento histórico, o egresso deve atuar na elaboração de material didático para o ensino, buscando aproximar as pesquisas acadêmicas das necessidades de formação dos sujeitos da Educação Básica. Acreditamos ser essa a tarefa mais importante no contexto atual da História como disciplina escolar.

A proposta de implantação do curso no campus é referenciada pela Resolução nº 148/2016 – CONSUP e pelo Plano de Desenvolvimento do Campus Belém (PDC) 2019-2023.

De acordo com Resolução nº 148/2016 que trata dos objetivos do IFPA

lê-se:

[Sobre a oferta de cursos superiores], deve ofertar: cursos de licenciatura, bem como programa especial de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica e profissional, em todas as áreas do conhecimento, sobretudo nas áreas das ciências e matemática (Art. 6º - sobre a oferta de cursos superiores);

(...)

No desenvolvimento de sua ação acadêmica, o Instituto Federal do Pará, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvando o caso previsto no § 2º do art. 8º da lei nº 11.892/2008. (Art. 7º - sobre a porcentagem mínima de oferta dos níveis e modalidades de ensino).

(...)

Nas regiões do estado do Pará, em que as demandas iniciais pela formação em nível superior se justificar, o Conselho Superior do Instituto Federal do Pará poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos estabelecidos no inciso I do caput do artigo 7º da lei nº 11.892/2008 (Parágrafo único)

Este PPC do Curso de Licenciatura em História foi elaborado a partir das orientações da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura); nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura de abril de 2010 e nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de História, estabelecidas pela Resolução

CNE/CES nº. 13/2002 de 13 de março de 2002 e com fundamentos nos pareceres CNE/CES nº. 492/2001 de 09 de julho de 2001, CNE/CES n0. 1.363/2001 de 25 de janeiro de 2002 e CNE/CP Nº 2 de 09 de junho de 2015.

Conforme Parecer CNE/CP 28/2001 a licenciatura é uma licença, ou seja, trata-se de uma autorização, permissão ou concessão dada por uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade com a legislação. O diploma de licenciado pelo ensino superior é o documento oficial que atesta a concessão de uma licença. No caso em questão, trata-se de um título acadêmico obtido em curso superior que faculta ao seu portador o exercício do magistério na educação básica dos sistemas de ensino.

No caso específico da Licenciatura em História o profissional é habilitado para planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos ao Ensino da disciplina. De acordo com os Referenciais Curriculares supracitados sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da História, sobre seu desenvolvimento e suas relações com as diversas áreas; assim como sobre estratégias para a transposição do conhecimento histórico em saber escolar.

Docência como conceitua as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Licenciatura) configura-se como uma ação educativa e como um processo pedagógico intencional e metódico, que envolve conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos inerentes ao ensinar e aprender. Concretiza-se na socialização e construção de conhecimentos e no diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

A respeito dos objetivos do conhecimento histórico Bezerra (2010) no texto em que analisa os aspectos curriculares do ensino de história na educação básica presentes nos documentos normatizadores oficiais enfatiza que “o objetivo primeiro do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desvendamento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços”. E continuando, afirma que:

Os historiadores [devem estar] atentos às diferentes e múltiplas possibilidades e alternativas que se apresentam nas sociedades, tanto nas de hoje quanto nas do passado, as quais emergiram da ação consciente ou inconsciente dos homens. [Devem procurar] apontar, também, os desdobramentos que se impuseram com o desenrolar das ações desses sujeitos (BEZERRA, 2010, P. 42).

Para Karnal (2010, p. 23) considerando as transformações do fazer histórico e do exercício pedagógico do ensino de história, o licenciado nessa disciplina deve ter um conhecimento sólido do patrimônio cultural da humanidade e do universo sociocultural específico do sujeito histórico local.

É considerando a harmonia entre esses dois universos culturais que a proposta de implantação do curso de Licenciatura em história do Campus Belém, estrutura-se, apresentando-se como possibilidade para diversificar a oferta do ensino superior na região abrangida pela instituição.

O curso será desenvolvido na modalidade presencial, regime seriado, com duração mínima de oito semestres e máxima de doze semestres. A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas, em regime seriado semestral e distribuída em três núcleos: Estudos de Formação Geral, Aprofundamento e Diversificação de Estudos da Área de Atuação Profissional – o qual inclui a prática como componente curricular e Estudos Integradores – neste último, incluem-se as Atividades Complementares de Caráter Acadêmico, Científico e Cultural e as Práticas Curriculares em Sociedade. A carga horária total do curso é de 3.200 horas.

Por fim, com essas considerações, apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História do IFPA/Campus Belém visando o início das atividades acadêmicas, da primeira turma, para o primeiro semestre do ano letivo de 2020.

1. JUSTIFICATIVA

A implantação do curso de Licenciatura em História pelo IFPA – Campus Belém, visa atender à crescente demanda por este curso observada no Estado do Pará, em especial, na região metropolitana de Belém. Para termos ideia da situação, nos últimos processos seletivos de ingresso no ensino superior, aproximadamente 3.051 candidatos se inscreveram para apenas 173 vagas no

curso de licenciatura em História, na Universidade Federal do Pará1. Enquanto que na Universidade do Estado do Pará 2.161 candidatos concorreram a 44 vagas ofertadas pela instituição. Além dessa oferta pelas Universidades públicas no Estado do Pará, as faculdades particulares ofertam o curso de licenciatura em História no turno da noite2.

Considerando apenas os dados do último ano, percebe-se que a demanda pelo curso de licenciatura em História só aumenta, o que demonstra a necessidade de disponibilizar mais vagas pelas instituições públicas instaladas no Pará, para atender às necessidades de formação de professores de História no âmbito deste Estado.

É justamente dentro deste contexto, que a Educação Tecnológica e Profissional adquire relevo no cenário local e nacional. Primeiro, porque é sabido que os Institutos Federais devem atender, por intermédio de cursos de licenciatura, as novas demandas do mundo do trabalho no magistério. Segundo, porque além de desenvolver um papel primordial na formação de alunos do ensino médio integrado, a rede federal de ensino técnico e tecnológico tem demonstrado o quanto às atividades desenvolvidas no âmbito dos Institutos Federais podem aprimorar o desempenho profissional, bem como formar sujeitos capazes de atender as reais necessidades exigidas com os novos conceitos de educação e suas tecnologias.

Outro aspecto a ser considerado reside na quantidade de docentes atuando no interior do estado sem a devida formação acadêmica. Esses dados podem ser constatados diretamente do site do CONSED – Conselho dos Secretários de Educação3 - que se reúnem com frequência e, em suas reuniões têm apontado para a falta de docentes para atender as demandas do Estado brasileiro.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, diante desta necessidade social, devem contribuir para a formação de professores que dêem

1 Os municípios contemplados pelas vagas ofertadas pela Universidade Federal do Pará foram: Belém 32 vagas matutino, 40 vagas noturno. Bragança 32 vagas noturno; Ananindeua 37 vagas noturno; Baião 32 vagas integral. No caso dos cursos ofertados em Ananindeua e Baião trata-se de cursos intervalares.

2 Ofertam o curso de Licenciatura em História: UNAMA, MADRE CELESTE, FIBRA.

3[http://www.consed.org.br/.](http://www.consed.org.br/)

conta de responder às problemáticas relacionadas à produção, ao trabalho, aos processos pedagógicos e às necessidades de inclusão educacional da sociedade brasileira. Não à toa devemos compreender o momento histórico em que estamos vivendo, o que possibilita repensar os procedimentos educacionais sob perspectiva histórica. Neste sentido, Marc Bloch (2001, p. 67) define a História como “uma ciência dos homens no tempo”. Sendo assim, as mudanças tecnológicas ampliaram a distância psicológica entre as gerações. Com isso, o desconhecimento do passado compromete a ação humana no presente e no futuro. O fato histórico não se esclarece por si mesmo, sendo necessário ler e interpretar os documentos e registros, para que se possa melhor observar e compreender a paisagem de hoje reconstituindo-a em perspectiva histórica. Historicamente, a educação profissional no Brasil tem sido vanguarda, merecendo destaque enquanto lócus de ensino-aprendizagem para trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos, bem como sua prole, cada vez mais necessitados de formação/qualificação profissional diante dos novos desafios impostos pelo mercado de trabalho que emerge da reestruturação produtiva. Como tal, a educação profissional fez-se como meio de inserção ou reinserção no mundo do trabalho de inúmeras categorias de trabalhadores, bem como de promoção do desenvolvimento de exitosa experiência pedagógica que, ao buscar integrar educação ampla e educação profissional, acabou por proporcionar à sociedade brasileira um significativo processo pedagógico.

A trajetória de fortalecimento dos Institutos Federais enquanto espaço escolar e acadêmico de amplo debate tendem a demonstrar o seu papel imprescindível no que diz respeito à formação geral e técnica. Sendo assim, é salutar a contribuição dos Institutos Federais na formação de professores capazes de articular conhecimentos técnicos e especializados com os novos valores políticos e socioambientais atrelados aos processos pedagógicos, ampliando de maneira qualitativa a relação entre cidadania e preparação dos estudantes da Educação Básica para os desafios impostos pelo mundo do trabalho contemporâneo que, como sabemos, se transforma cada vez mais celeremente. Aí deve residir o protagonismo da rede federal de ensino básico, técnico e tecnológico.

A criação do curso de Licenciatura em História visa atender às novas demandas trazidas pelo ensino superior em sua relação com o mundo do trabalho local/regional para o professor de História com foco na Educação Básica, além de cursos preparatórios para o ENEM, buscando-se promover a formação de profissionais de ensino qualificados para atuar de acordo com as especificidades dos desafios impostos pela Educação em nosso Estado.

Seguindo essa linha de pensamento, com o advento da internet houve uma ampliação de novas fontes de consulta e pesquisa, tanto de textos, quanto de material audiovisual, as quais passaram a potencializar o trabalho dos historiadores. O incremento das inovações tecnológicas, bem como das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais, motiva a expansão constante desse universo heurístico novo, com a acelerada multiplicação das variantes tipológicas (OLIVEIRA & MUCELIN, 2017).

Outro elemento a ser considerado, dentro dessa perspectiva de inovações trazidas pelas novas tecnologias de comunicação, reside na necessidade de o docente levar em conta a existência de uma gama diversa de conteúdos disponibilizados em diferentes formatos e mídias que são a cada dia apropriados e sujeitos a novos processos de significações pelos usuários. Sendo assim, a formação de um profissional que seja capaz de atender às demandas recentes pelo uso dessas tecnologias ocupam um lugar privilegiado (OLIVEIRA & MUCELIN, 2017). Por isso, os princípios e as orientações presentes no documento base relativos à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2007)4 reafirmam a necessidade de se avançar na efetivação das licenciaturas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para tanto, não só tem se envolvido nos projetos de idealização de núcleos de estudo/pesquisa voltados, direta e indiretamente, aos temas da educação, como também tem se colocado como

4Os referidos princípios e orientações estão contidos no Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 2008, através da Lei nº 11.892, criou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

protagonista no processo de criação de cursos de pós-graduação voltados para o tratamento da educação profissional e tecnológica.

Sob essa perspectiva, o curso de Licenciatura em História a ser ofertado no IFPA – Campus Belém busca preencher as novas e desafiadoras demandas colocadas pelo ensino básico, especialmente, a necessidade de formação de licenciados com concentração em educação profissional e tecnológica. Deste modo, apresenta como um de seus objetivos a formação de profissionais voltados para suprir demandas por professores de História e de intelectuais que pensam a educação profissional e tecnológica brasileira, mas com um olhar focado nas especificidades locais/regionais.

1. REGIME LETIVO

O curso será denominado de Licenciatura em História, ofertado pelo Campus do IFPA Belém, localizado Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco. CEP:

66.093 –020 –Belém/Pará. Serão ofertadas 40 vagas em turma única com início no primeiro semestre de cada ano, no turno noturno, na modalidade presencial, no regime acadêmico seriado e no período letivo semestral. A duração mínima do curso será de oito semestres e a máxima de doze semestres, com carga horária total de 3.200 horas. Será composto por três núcleos: Estudos de Formação Geral (NEFG), incluindo aqui as Práticas Curriculares em Sociedade; Aprofundamento e Diversificação de Estudos da Área de Atuação Profissional (NADE) – o qual inclui a prática como componente curricular; e os Estudos Integradores (NEI) – neste último, incluem-se as Atividades Complementares de Caráter Acadêmico, Científico e Cultural. Ao concluinte do curso será conferido o título de Licenciado em História. A previsão para o início das atividades acadêmicas do curso será o ano letivo de 2020.

1. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso de estudantes na licenciatura em História do Instituto Federal do Pará – IFPA, campus Belém, obedecerá aos modelos existentes vigentes em leis, dentre eles, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos

participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e/ou o PSU – Processo Seletivo Unificado de graduação do IFPA com utilização das notas do ENEM em editais específicos.

O ingresso na Licenciatura de História obedecerá ao prescrito pela Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, bem como demais legislações pertinentes.

É exigida a conclusão do ensino médio para ingresso na licenciatura em história, comprovando a titulação no ato da matrícula.

Ainda para o ingresso, será reservada, como medida especial de ações afirmativas para criação de igualdade de oportunidades, 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Deverá haver também uma base de cálculo levando em consideração a população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na proporção de no mínimo igual à de pretos, parda e indígena.

Dessa forma, o candidato que optar por uma determinada modalidade de concorrência estará concorrendo apenas com os candidatos que tenham feito essa mesma opção, e o sistema selecionará, dentre eles, os que possuírem as melhores notas no ENEM e em conformidade com a Lei de Cotas, nº 12.711/2012 e com o Decreto nº 7.824/2012.

Para as vagas ociosas será adotado o Processo Seletivo Especial para os candidatos que já possuem todas as competências básicas estabelecidas no Ensino Médio ou equivalente, a fim de obter êxito na aquisição das novas competências descritas neste projeto. Os critérios para procedimentos de inscrição e aprovação serão publicados em Edital específico.

1. OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral

O curso de Licenciatura em História, numa perspectiva interdisciplinar com as demais áreas das Ciências Humanas, tem como objetivo a formação de profissionais que atuarão como professores no Ensino Fundamental II, no Ensino

Médio e Ensino Médio Profissionalizante, cujas práticas pedagógicas sejam capazes de promover a atuação docente numa reflexão pedagógica pautada na promoção da cidadania, da inovação e da tecnologia, em especial na Amazônia, região que apresenta uma profunda desigualdade social.

Objetivos específicos

* Formar professores de História conjugando formação técnica e reflexiva para o exercício qualificado do magistério.
* Ofertar a formação voltada para a compreensão dos processos históricos da região, tendo a experiência amazônica e brasileira como suportes estruturantes dos percursos curriculares
* Proporcionar junto aos professores em formação uma reflexão histórica sobre a relação entre educação, ciência e tecnologia.
* Contribuir com a formação de professores para a Educação Básica a partir da construção de processos formativos fundamentados na concepção do Currículo Integrado e nas Políticas de Inclusão.
* Concorrer para uma formação que esteja articulada com os demais níveis e modalidades de ensino da Instituição, que seja valorizadora da prática em articulação com a teoria contextualizadas em termos sociais, econômicos, políticos e culturais.
* Preparar profissionais com pensamento crítico, visão científica e com habilidades para a produção do conhecimento por intermédio do planejamento e execução de pesquisas nos campos da História, do Ensino de História e da Educação tecnológica.
* Proporcionar uma formação que se apoie na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação acadêmico profissional e como método de ensino-aprendizagem.
* Propiciar aos licenciandos condições teórico-práticas de atuarem como docente que problematize junto com seus alunos da Educação Básica os conhecimentos da História e de suas relações com as Ciências Humanas.
* Proporcionar aos licenciandos conhecimento e domínio de metodologias de ensino de História para que levem à formação de jovens e adultos, a partir das suas especificidades enquanto sujeitos da aprendizagem,

capazes de exercer o pensamento histórico de maneira crítica e autônoma.

* Contribuir para que os licenciandos sejam capazes de articular os conhecimentos específicos da História com as necessidades sociais e ampliação dos direitos e da cidadania assim como com a construção do desenvolvimento socioambiental responsável.
* Preparar profissionais capazes de tornar efetivas ações de Ensino em articulação com a memória e o patrimônio local de modo a contribuir para a preservação dos bens materiais e imateriais

1. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Licenciatura em História será habilitado ao exercício da docência, possuindo as competências e habilidades necessárias para atuar principalmente na função profissional do magistério na Educação Básica (segundo ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio). À dimensão da docência somam-se as competências e habilidades pertinentes a gestão escolar, ao planejamento pedagógico e da formação do professor-pesquisador, de modo a capacitar o egresso a ser um profissional crítico e produtor de saberes e metodologias nas diferentes realidades onde atua. O Licenciado em História deve dominar ainda os elementos necessários à compreensão da natureza do conhecimento histórico, às práticas essenciais de sua produção e elaboração de material didático para o ensino. Espera-se que articule teoria e prática, dominando as diferentes linguagens e suas tecnologias, sendo capaz de refletir sobre as questões inerentes ao processo ensino-aprendizagem, produção da memória e narrativas na educação escolar e nos diferentes contextos sociais, intervindo nesse processo como produtor do conhecimento, na perspectiva da interdisciplinaridade e da inovação. Objetiva-se ainda formar docentes como sujeitos de transformação da realidade brasileira com ênfase no mundo do trabalho, comprometidos com a busca de respostas aos desafios e problemas existentes na Educação Básica, especialmente nas redes públicas de ensino.

1. ESTRUTURA CURRICULAR

Teorias e Metodologias da História I

60 horas

História Antiga 80 horas

Filosofia e História da educação

60 horas

Optativa I 30 horas

Prática como componente curricular I

50 horas

História da América: colonização e resistência 80 horas

História da África 60 horas

História Moderna 80 horas

Antropologia histórica 50 horas

Teoria do currículo 60 horas

Prática como componente curricular III

50 horas

Optativa III 30 horas

Prática como componente curricular IV

50 horas

Prática como componente curricular V

50 horas

Prática como componente curricular VI

50 horas

Prática como componente curricular VII

50 horas

Estágio Supervisionado VI 100 horas

Prática como componente curricular VIII

50 horas

Prática curriculares em sociedade I

60 horas

Prática curriculares em sociedade II

40 horas

Atividades complementares 200 horas

Optativa IV 30 horas

Estágio Supervisionado I 100 horas

Estágio Supervisionado II 100 horas

Estágio Supervisionado III 100 horas

História da Ciência e da Tecnologia

50 horas

História do Brasil República 80 horas

História do Brasil Império 80 horas

Historiografia Brasileira 60 horas

Educação em Direitos Humanos e Diversidades

30 horas

Educação para as Relações Etnicorraciais

60 horas

Didática e prática de ensino

60 horas

* 1. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO

1º Semestre 330 horas

Leitura e Produção de texto

50 horas

2º Semestre 380 horas

Antropologia cultural 50 horas

Libras 50 horas

Teorias e Metodologias da História II

60 horas

História Medieval 80 horas

Filosofia da História 60 horas

Optativa II 30 horas

Prática como componente curricular II

50 horas

3º Semestre 430 horas

Informática aplicada à História

50 horas

4º Semestre 430 horas

5º Semestre 470 horas

6º Semestre 310 horas

Metodologia da Pesquisa em História 50 horas

7º Semestre 440 horas

8º Semestre 410 horas

TCC I

60 horas

História Contemporânea 80 horas

Metodologia do ensino de História 60 horas

TCC II

60 horas

História da Amazônia I 60 horas

História do Brasil Colônia 80 horas

História Indígena e do Indigenismo 60 horas

Psicologia da educação e da aprendizagem

60 horas

História da Amazônia II 60 horas

CARGA HORÁRIA TOTAL 3.200

|  |  |
| --- | --- |
| LEGENDA | |
|  | Disciplinas do Núcleo de Estudos Integradores: Atividades  Complementares e práticas curriculares em sociedade |
|  | Disciplinas do Núcleo de Estudos de Formação Geral |
|  | Disciplinas do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de  Estudos da Área de Atuação |
|  | Estágio Supervisionado I, II, III, IV |
|  | Disciplinas optativas |



PERCENTUAL DA CARGA HORÁRIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES POR NÚCLEO

20,93

6,26

72,81

NADE NEI NEFG

* 1. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso de Licenciatura em História observa as determinações legais vigentes, indicadas nas fontes consultadas para a confecção do presente PPC. A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas, em regime seriado semestral e distribuída em três núcleos de acordo com a Resolução nº 02/2015 CNE/CP: O Núcleo de Estudos de Formação Geral; o Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos da área de atuação profissional do egresso - o qual inclui a prática como componente curricular, o Núcleo de Estudos Integradores – neste último, incluem-se as Atividades Complementares de Caráter Acadêmico, Científico e Cultural e as Práticas Curriculares em Sociedade. A carga horária total do curso é de 3.200 horas.

Em observância da Resolução no. 397/2017 – CONSUP/IFPA, e ainda do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, a matriz curricular cumpre a destinação de 10% da sua carga horária para a Curricularização das atividades de Extensão o que pode ser verificado nas tabelas 01,02,03,05,06 e em síntese na tabela 07.

A obrigatoriedade de conteúdos de Educação Ambiental, em observância da Lei 9.795/99 e do Decreto 4.281/2002, estão presentes de maneira transversal em toda matriz curricular e, em especial, nas disciplinas Antropologia Cultural, História da Amazônia I e II, Prática como Componente Curricular V, Prática Curricular em Sociedade II e História e Patrimônio e História Agrária do Brasil.

- Núcleo de Estudos de Formação Geral

Formado pelas disciplinas que integram a base de conhecimentos necessários à formação docente na área de História e pelas disciplinas que integram conhecimentos específicos do campo didático pedagógico, voltados para o exercício da docência no ambiente escolar e demais espaços educativos. Abaixo, listam-se as disciplinas desse núcleo:

Tabela 01: Componentes Curriculares do Núcleo de Estudos de Formação Geral

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Atividades Curriculares | CHTEO | CHPRA | CHEXT | CH |
| Filosofia e História da Educação | 60 |  |  | 60 |
| Teoria de Currículo | 60 |  |  | 60 |
| Psicologia da educação e da aprendizagem | 60 |  |  | 60 |
| Didática e Prática de ensino | 50 | 10 |  | 60 |
| Metodologia do ensino de História | 40 | 20 |  | 60 |
| Educação em Direitos Humanos  e Diversidades | 20 | 10 |  | 30 |
| Libras | 50 |  |  | 50 |
| Educação para as Relações Etnicorraciais | 40 | 10 | 10 | 60 |
| Leitura e produção de texto | 50 |  |  | 50 |
| Informática aplicada à História | 30 | 20 |  | 50 |
| Práticas Curriculares em Sociedade I |  |  | 60 | 60 |
| Práticas Curriculares em  Sociedade II |  |  | 40 | 40 |
| Optativa I | 30 |  |  | 30 |
| Carga Horária Teórica: 490 h Carga Horária Prática: 70 h  Carga Horária de Extensão: 110 h Carga Horária total do núcleo: 670 h | | | | |

- Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional

Composto pelas disciplinas que congregam conhecimentos específicos da área de História necessários à formação do licenciando, incluindo a prática como componente curricular e as práticas curriculares em sociedade, conforme tabela abaixo:

Tabela 02: Componentes Curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Atividades Curriculares | CHTEO | CHPRA | CHEXT | CH |
| História Antiga | 60 | 10 | 10 | 80 |
| História Medieval | 60 | 10 | 10 | 80 |
| Teorias e Metodologias da História I | 60 | - | - | 60 |
| Teorias e Metodologias da História II | 60 | - | - | 60 |
| História Moderna | 60 | 10 | 10 | 80 |
| História do Brasil Colônia | 60 | 10 | 10 | 80 |
| História da América: colonização e resistência | 60 | 10 | 10 | 80 |
| História da Amazônia I | 60 |  |  | 60 |
| História da Amazônia II | 60 |  |  | 60 |
| História do Brasil Império | 60 | 10 | 10 | 80 |
| História do Brasil República | 60 | 10 | 10 | 80 |
| História Contemporânea | 60 | 10 | 10 | 80 |
| Historiografia Brasileira | 60 | - | - | 60 |
| História da África | 40 | 10 | 10 | 60 |
| História Indígena e indigenismo | 40 | 10 | 10 | 60 |
| Metodologia da Pesquisa em História | 30 | 20 | - | 50 |
| Antropologia Cultural | 50 | - | - | 50 |
| Antropologia Histórica | 50 | - | - | 50 |
| História da ciência e da tecnologia | 40 | - | 10 | 50 |
| Filosofia da História | 60 | - | - | 60 |
| TCC I | 30 | 30 | - | 60 |
| TCC II | 30 | 30 | - | 60 |
| Optativa II | 30 | - | - | 30 |
| Optativa III | 30 | - | - | 30 |
| Optativa IV | 30 | - | - | 30 |
| Estágio Supervisionado I | 30 | 70 | - | 100 |
| Estágio Supervisionado II | 30 | 70 | - | 100 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Estágio Supervisionado III | 30 | 70 | - | 100 |
| Estágio Supervisionado IV | 30 | 70 | - | 100 |
| Prática como componente curricular | - | 320 | 80 | 400 |
| Carga Horária teórica: 1.360 h Carga Horária Prática: 780 h Carga Horária de Extensão:190h Carga Horária total do Núcleo:  2.330h |  |  |  |  |

Núcleo de Estudos Integradores

Constituído pelas atividades científicas e culturais voltadas para a ampliação e diversificação da formação do licenciando, tais como: Atividades Complementares de Caráter Acadêmico, Científico e Cultural.

Tabela 03: Componentes Curriculares do Núcleo de Estudos Integradores

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Atividades Curriculares | CHTEO | CHPRA | CHEXT | CH |
| Atividades Complementares de Caráter Acadêmico, Científico e Cultural | - | - | - | 200 |
| Carga Horária de Atividades Complementares: 200 h  Carga Horária total do núcleo: 200 h |  |  |  |  |

Tabela 04: Disciplinas Optativas

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Disciplinas optativas I | CHT | CHP | CH | PERÍODO |
| Trabalho e educação | 30 | - | 30 | I |
| Educação, mídias e tecnologias  digitais | 20 | 10 | 30 | I |
| Disciplinas optativas II |  |  |  |  |
| O Museu nos estudos de história | 20 | 10 | 30 | II |
| História e patrimônio | 20 | 10 | 30 | II |
| Cultura popular e sociabilidades | 20 | 10 | 30 | II |
| Disciplinas optativas III |  |  |  |  |
| História agrária do Brasil | 30 | - | 30 | IV |
| História e Relações de gênero | 30 | - | 30 | IV |
| Disciplinas optativas IV |  |  |  |  |
| Antropologia da religião | 30 | - | 30 | VI |
| História social da arte | 20 | 10 | 30 | VI |

- Prática como componente curricular

Compostas por atividades e projetos de caráter interdisciplinar e integrador do ensino, pesquisa e extensão componentes do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional.

Tabela 05: Prática como Componente Curricular

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Prática como componente curricular | CH | CHP | CHEXT |
| PCC I – Estratégias de Ensino de História Local e Regional | 50 | 50 | - |
| PCC II – Texto didático: produção e uso | 50 | 50 | - |
| PCC III – Consciência histórica e Filosofia | 50 | 50 | - |
| PCC IV – O cinema como recurso no ensino de história | 50 | 40 | 10 |
| PCC V – Estratégias de diálogos sobre direitos humanos, temáticas socioambientais e  diversidades na escola. | 50 | 25 | 25 |
| PCC VI – Estratégias do ensino de história – 6º ao 9º Ano | 50 | 25 | 25 |
| PCC VII – Estratégia do ensino de história –  Ensino Médio | 50 | 30 | 20 |
| PCC VIII – O ensino de história e as novas ferramentas educacionais | 50 | 50 | - |
| Carga horária prática: 320 Carga horária de extensão: 80 Carga horária total: 400 h |  |  |  |

- Práticas Curriculares em Sociedade

Componentes do Núcleo de Estudos de Formação Geral são compostas por projetos de extensão de caráter interdisciplinar a serem desenvolvidos de forma interativa entre o IFPA/Campus Belém e a sociedade adjacente.

Tabela: 06: Práticas Curriculares em Sociedade

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Práticas Curriculares em Sociedade | CH | CHEXT | PERÍODO |
| Práticas Curriculares em Sociedade I: Gênero e Diversidade na Escola | 60 | 60 | IV |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Práticas Curriculares em Sociedade II: Educação Patrimonial | 40 | 40 | VII |
| Carga horária total das Práticas Curriculares em Sociedade: 100 h Carga Horária total da Extensão: 320h | | | |

Tabela 07: Resumo da Carga Horária do Curso de Licenciatura em História

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADES CURRICULARES | CHR |
| Teórica | 1850 |
| Prática | 530 |
| Extensão\* | 120 |
| Prática como Componente Curricular (CH de extensão: 80 h) \*\* | 400 |
| Práticas Curriculares em Sociedade\*\*\* | 100 |
| Atividade Complementar | 200 |
| Carga Horária Total | 3.200 |

\*A carga horária total de extensão é de 320 h, conforme legislação vigente. Esta carga horária refere-se à àquela relacionada aos componentes não específicos de extensão.

\*\*Carga horária de extensão referente aos componentes não específicos de extensão.

\*\*\*Carga horária referente aos componentes específicos de extensão.

Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História – IFPA – Campus Belém

O ementário das disciplinas está disponível no Apêndice I deste projeto.

Tabela 08: Disciplinas do 1º semestre

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PERÍODO  LETIVO | NÚCLEO | ATIVIDADES CURRICULARES | Hora/  Relógio |
| 1º Semestre | NEFG | Leitura e produção de texto | 50 |
| NADE | Teorias e Metodologias da História I | 60 |
| NADE | História Antiga | 80 |
| NEFG | Filosofia e História da Educação | 60 |
| NEFG | Optativa I | 30 |
| NADE | Prática como Componente Curricular I | 50 |
| Carga Horária do Semestre: 330 h | | |
| Disciplinas optativas: | Trabalho e educação | | |
| Educação, mídias e tecnologias digitais | | |

Tabela 09: Disciplinas do 2º semestre

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PERÍODO LETIVO | NÚCLEO | ATIVIDADES CURRICULARES | Hora/ Relógio |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 2º Semestre | NADE | Teorias e Metodologias da História II | 60 |
| NADE | História Medieval | 80 |
| NADE | Antropologia Cultural | 50 |
| NEFG | Libras | 50 |
| NADE | Filosofia da História | 60 |
| NADE | Optativa II | 30 |
| NADE | Prática como Componente Curricular II | 50 |
| Carga Horária do Semestre: 380 h | | |
| Disciplinas optativas | História e patrimônio | | |
| O museu nos estudos de história | | |
| Cultura popular e sociabilidades | | |

Tabela 10: Disciplinas do 3º semestre

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PERÍODO  LETIVO | NÚCLEO | ATIVIDADES CURRICULARES | Hora/  Relógio |
| 3º Semestre | NADE | História moderna | 80 |
| NADE | História da América: colonização e resistência | 80 |
| NADE | História da África | 60 |
| NADE | Antropologia histórica | 50 |
| NEFG | Teoria de Currículo | 60 |
| NEFG | Informática aplicada à história | 50 |
| NADE | Prática como Componente Curricular III | 50 |
| Carga Horária do Semestre: 430 h | | |

Tabela 11: Disciplinas do 4º semestre

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PERÍODO  LETIVO | NÚCLEO | ATIVIDADES CURRICULARES | Hora/  Relógio |
| 4ºSemestre | NADE | História do Brasil Colônia | 80 |
| NADE | História da Amazônia I | 60 |
| NADE | História Indígena e indigenismo | 60 |
| NEFG | Psicologia da educação e da aprendizagem | 60 |
| NEFG | Educação em Direitos Humanos e Diversidades | 30 |
| NADE | Optativa III | 30 |
| NADE | Práticas como Componente Curricular IV | 50 |
| NEFG | Prática curriculares em sociedade I | 60 |
| Carga Horária do Semestre: 430 h | | |
| Disciplinas optativas | História agrária do Brasil | | |
| História e Relações de gênero | | |

Tabela 12: Disciplinas do 5º semestre

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PERÍODO LETIVO | NÚCLEO | ATIVIDADES CURRICULARES | Hora/ Relógio |
| 5ºSemestre | NADE | História da Amazônia II | 60 |
| NADE | História do Brasil Império | 80 |
| NADE | Historiografia Brasileira | 60 |
| NEFG | Didática e Prática de ensino | 60 |
| NEFG | Educação para as Relações Etnicorraciais | 60 |
| NADE | Estágio Supervisionado I | 100 |
| NADE | Prática como Componente Curricular V | 50 |
| Carga Horária do Semestre: 470 h | | |

Tabela 13: Disciplinas do 6º semestre

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PERÍODO LETIVO | NÚCLEO | ATIVIDADES CURRICULARES | Hora/ Relógio |
| 6º Semestre | NADE | História do Brasil República | 80 |
| NADE | Metodologia da Pesquisa em História | 50 |
| NADE | Estágio Supervisionado II | 100 |
| NADE | Optativa IV | 30 |
| NADE | Prática como Componente Curricular VI | 50 |
| Carga Horária do Semestre: 310 h | | |
| Disciplinas optativas | Antropologia da religião | | |
| História social da arte | | |

Tabela 14: Disciplinas do 7º semestre

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PERÍODO LETIVO | NÚCLEO | ATIVIDADES CURRICULARES | Hora/ Relógio |
| 7º Semestre | NADE | História Contemporânea | 80 |
| NADE | História da ciência e da tecnologia | 50 |
| NADE | Estágio Supervisionado III | 100 |
| NEFG | Metodologia do ensino de história | 60 |
| NADE | TCC I | 60 |
| NADE | Práticas como Componente Curricular VII | 50 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | NEFG | Prática Curricular em Sociedade II | 40 |
| Carga Horária do Semestre: 440 h | | |

Tabela 15: Disciplinas do 8º semestre

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PERÍODO LETIVO | NÚCLEO | ATIVIDADES CURRICULARES | Hora/ Relógio |
| 8º Semestre | NADE | Estágio Supervisionado IV | 100 |
| NADE | TCC II | 60 |
| NADE | Prática como Componente Curricular VIII | 50 |
| NEI | Atividades Complementares | 200 |
| Carga Horária do Semestre: 410 h | | |

Tabela 16: Síntese da Carga Horária Total do Curso de Licenciatura em História

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Núcleos | | CH |
| Núcleo de Formação Geral | | 570 |
| Núcleo de Aprofundamento e diversificação de Estudos da Área de Atuação Profissional | | 2.430 |
| Núcleo de Estudos Integradores | Atividades Complementares: 200 h | 200 |
| Extensão | | 320\* |
| Carga Horária Total | | 3.200 |

\*Carga horária não foi somada à carga horária total do curso, pois já está inserida na carga horária dos núcleos, foi incluída apenas para facilitar a visualização da carga horária de extensão que será cumprida no curso conforme Resolução em vigor.

1. METODOLOGIA

Tendo em vista o cumprimento do Art. 3º, § 5º da Resolução CNE/CP 02/2015 que trata como princípio da Formação de Professores para a Educação Básica "VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial dos profissionais do magistério", as práticas docentes foram pensadas privilegiando uma aproximação com a sala de aula da Educação Básica, lócus de formação e atuação docente. Dessa forma, a aula desloca a ênfase transmissiva para a construção do conhecimento, onde professores e alunos aprendem na prática, ao longo do processo didático fundamentado na compreensão da realidade.

As metodologias inovadoras baseiam-se nos pressupostos de Berbel (2011) como formas de desenvolver o processo de aprender a ser professor, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática pedagógica, em diferentes contextos mediados pela pesquisa aplicada e dando retorno à escola de Educação Básica por meio de projetos de intervenção através da extensão tecnológica. Tal decisão do NDE neste PPC visa solucionar a problemática apontada por Tedesco (2010), quando afirma que, na área da educação, se tem elaborado muitas soluções para problemas que não são concretos e se continua sem soluções para os problemas concretos das redes de ensino.

O conceito de inovação pedagógica para Cunha (2006, p. 24), "(...) não apenas considera a inclusão de novidades e tecnologias, mas também uma mudança na forma de entender o conhecimento", mas como uma estratégia de trabalhar os conteúdos específicos, via solução de problemas, considerando como características inovadoras:

A ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender; a gestão participativa com a atuação dos estudantes na definição de percursos e critérios no ensino; a reconfiguração de saberes incluindo também competências, arte, vivências pessoais; a reorganização da relação entre a teoria e a prática; a modificação da percepção da concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência no ensino/aprendizagem; a mediação do docente assumindo relações sócio- afetivas com os alunos como condição de aprendizagem significativa (subjetividade, conhecimento); o protagonismo como condição para aprendizagem significativa, reconhecendo que tanto estudantes quanto professores são sujeitos da prática pedagógica estimulando a produção de conhecimento pelos estudantes.

Assim, no curso proposto nesse Projeto, adotaremos a inovação pedagógica como uma prática cujo objetivo será preparar os alunos para a docência tendo como referência a sua própria formação. Acreditamos que assim será possível romper com formas tradicionais de ensino e, ao mesmo tempo, aproximar os discentes dos métodos da História disciplina em sua relação com os espaços escolares.

As disciplinas deverão ser planejadas pelo docente adotando a ideia do problema como mobilizador da necessidade da aprendizagem. Assim deve estar pautada na premissa da metodologia da problematização onde o estudante se vê frente a um desafio, a um problema relacionado à vida em sociedade, que se converte em problema de conhecimento. Cria-se a necessidade de construir, investigar, mobilizando o desejo do outro para a aprendizagem. A existência de um problema

socialmente relevante mobiliza cognitivamente o sujeito para a construção de soluções. A existência do desafio coloca o estudante no lugar de sujeito, já que a solução de problemas possibilita a participação ativa, desfocando a função de transmissão mecânica e atribuindo um papel dialógico aos atores do processo. É imperiosa a necessidade de haver uma associação entre teoria e prática que consiga proporcionar novos desafios para o conhecimento significativo. A abordagem da problematização foi eleita numa tentativa de superar a aprendizagem mecânica e exigir dos estudantes aprendizados com significados mais complexos das relações que constituem a situação problemática (MORETTO, 2009). Afinal, a cada dia a sociedade exige mais qualificação técnica para aumentar as possibilidades de empregabilidade, associada à consciência da necessidade de fortalecimento da cidadania e seus reflexos para o desenvolvimento social. Deste modo, na medida em que o estudante consegue transformar-se em construtor de significados no seu processo educativo, mediado por docentes que favoreçam esse espaço e que consideram as experiências de vida do estudante, ele insere-se num universo simbólico de acomodação do conhecimento (PIAGET, 2002).

A busca de uma metodologia de ensino inovadora e problematizadora deverão perpassar o planejamento do docente que deverá, nessa perspectiva, ser construído em conjunto com os alunos no início de cada período letivo. Como abordar o tema da disciplina? O planejamento coletivo é uma oportunidade de formação e deverá ser adotada. Nas atividades propostas, deverão ser privilegiadas competências como a autonomia do discente e relações de ensino-aprendizagem dialógicas. Este NDE preocupou-se em garantir ainda, na própria matriz curricular, uma densa carga horária destinada às atividades práticas e de extensão com foco na formação de professores- pesquisadores, isto é, capazes de problematizar a realidade escolar e repensar a sua própria prática, propondo soluções através de novos métodos e materiais de apoio ao ensino. De modo particular, o conjunto de disciplinas de “Prática como componente Curricular” e as “Práticas curriculares em Sociedade” oportunizarão uma abordagem metodológica inovadora já que deverão ser abordadas a partir de temas/problemas atinentes ao cotidiano do exercício profissional e propor soluções. Assim deslocamos o foco metodológico do docente e dotamos de protagonismo o professor em formação.

1. PRÁTICA PROFISSIONAL

Segundo o Parecer CNE/CP 02/2015, a Prática como Componente Curricular deve organizar uma prática formativa que inicie o licenciando no universo de necessidades da docência, no sentido da formação da identidade como educador, de maneira prévia em relação ao exercício docente, e considerando uma teoria. Contudo, é necessário não criar sombreamentos em relação ao Estágio Supervisionado. Nesse sentido,

(...) prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) ela terá que ser uma atividade tão flexível quantos outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. (CNE/CP 02, 2015, p. 31).

O mesmo parecer, tentando discernir a Prática como Componente Curricular do Estágio Supervisionado, assinala que:

(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. (CNE/CP 02, 2015, p. 32)

Entende-se que a Prática como Componente Curricular simula situações, cria objetos e atitudes com cientificidade e antecipa a prática docente propriamente dita. Deste modo, prepara o licenciando para o exercício docente, que só se efetivará, de fato, durante a realização do Estágio Supervisionado. Assim, o mesmo documento mencionado acima, aponta que:

(...)de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (CNE/CES 02, 2015, p. 32)

Esse esforço de distinção se faz necessário, afinal, na prática, os sombreamentos acabam ocorrendo. Por essa razão, ao se falar de Prática como Componente Curricular, significa dizer que ela precisa ser pensada para ser realizada ao longo do curso, em todas as fases, uma vez que se preocupa com a formação da identidade docente, bem como com o ser professor em potência, englobando atividades “de caráter teórico ou prático”. Nesse sentido, ela prepara o licenciando para o estágio – momento em que vivenciará os processos de observação de campo e de intervenção na escola com sentido de exercício profissional.

A Prática Curricular deve tender à transversalidade em todos os momentos em que se reflete, pratica ações ou produz algo que potencializa a atividade profissional docente. Deve tender também à interdisciplinaridade, pois, deve observar, refletir, registrar e resolver problemas (ou pelo menos potencializar soluções). Deve tender ainda à constituição de projetos integradores que, em última instância, contribuam para a formação do licenciado no sentido do seu fazer profissional.

Posto isto e respeitando as orientações do CNE, a Prática como Componente Curricular será desenvolvida no decorrer do curso de Licenciatura em História do IFPA Campus Belém em um total de 400 horas, sendo 320 horas cumpridas de forma presencial nos núcleos de prática curricular e 80 horas desenvolvidas a partir da realização de projetos de extensão e de atividades de transposição didática. Esses projetos e atividades de transposição didática serão apreciados pelo (s) docente (s) responsável (eis) pelos núcleos de prática curricular.

Com o objetivo de romper com a perspectiva de elaboração de um conhecimento histórico isolado e descontextualizado com outras áreas do conhecimento, a prática curricular foi organizada em oito componentes que contemplam temáticas diversas correlacionadas com a prática do ensino de história e a vivência na docência, a saber:

* PCC I – Estratégias de Ensino de História Local e Regional;
* PCC II – Texto didático: produção e uso;
* PCC III – Consciência histórica e Filosofia;
* PCC IV – O cinema como recurso no ensino de história;
* PCC V – Estratégias de diálogos sobre Direitos humanos, temáticas socioambientais e diversidades na escola;
* PCC VI – Estratégias do ensino de história – 6º ao 9º Ano;
* PCC VII – Estratégia do ensino de história – Ensino Médio;
* PCC VIII – O ensino de história e as novas ferramentas educacionais.

A Prática como Componente Curricular será conduzida do 1º ao 8º período do curso garantindo, contudo, a correspondência entre o grau de exigência da atividade e a maturidade intelectual dos licenciandos. Os projetos desenvolvidos pelos componentes propostos de Prática como Componente Curricular deverão necessariamente: 1) contemplar uma abordagem interdisciplinar; 2) favorecer o desenvolvimento de diferentes metodologias de pesquisa e recursos didáticos (filme, música, história em quadrinhos, fotografia, etc.); 3) envolver a comunidade escolar interna e externa e se estender aos demais públicos sempre que o assunto demandar essa inclusão; 4) propiciar a reflexão por intermédio do tratamento de temas transversais (Direitos Humanos, Meio Ambiente, Sexualidade, Pluralidade Cultural e Religiosa, Ética, entre outros), visando, assim, a formação de identidades docentes que contemplem temáticas diversas.

Os componentes previstos em cada semestre poderão ser assumidos por um ou mais docentes. E quando houver mais de um docente responsável pelo componente a carga horária será dividida em partes iguais entre os mesmos.

Ao planejarem seus respectivos projetos de práticas, o (s) professor (es) deverá (ão) obrigatoriamente levar em consideração o princípio da transposição didática. Para o cumprimento desse fim, o (s) professor (es) poderá (ão) trabalhar a partir de projetos temáticos, de projetos de extensão, de projetos interdisciplinares, de proposição de análise de material didático e projetos integradores. Seja qual for à ação a ser desenvolvida, considera-se fundamental o incentivo à pesquisa, à conciliação teoria-prática e à interdisciplinaridade.

A carga horária dos projetos de prática curricular será cumprida através de encontros semanais com o docente ou os docentes responsáveis pelo núcleo naquele semestre e em atividades desenvolvidas em outros ambientes como biblioteca e Laboratório de História de forma individual e/ou coletiva. Prima-se, nesse sentido, por proporcionar um ambiente adequado de ensino, pesquisa e aprendizagem. Os horários em que ocorrerão essas atividades serão fixos e estabelecidos pelo coordenador do curso no início do período letivo para evitar conflitos com outras atividades, no turno de funcionamento do curso, ou seja, no noturno.

A carga horária de 50 horas do núcleo de prática como componente curricular, caso haja mais de um docente, será distribuída em partes iguais entre os docentes lotados no semestre que estejam responsáveis pelo referido componente curricular.

O (a) aluno (a) deverá, obrigatoriamente, participar e desenvolver atividades em todas as oito etapas dos núcleos de prática curricular.

Cabe a Coordenação do Curso de Licenciatura em História a designação do (s) professor (es) responsável (eis) por desenvolver (em) os projetos de prática curricular no momento da lotação semestral e a divulgação das informações pertinentes ao Núcleo de Prática Curricular que será ofertada a cada semestre letivo.

Compete ao (s) docente (s) responsável (eis) pelo núcleo de prática curricular o planejamento, a redação e a proposição do projeto que será desenvolvido no núcleo de prática curricular em conformidade com as orientações presentes neste PPC. Também é de responsabilidade do (s) docente (s) o acompanhamento semanal das atividades desenvolvidas pelos (as) alunos (as) no âmbito do núcleo de prática curricular, realizando orientação e avaliação dos projetos e atividades de transposição didática e extensionista.

Cabe ao (s) docente (s) responsável (eis) pelo núcleo o controle de frequência, lançamento de conceito (aprovado/reprovado) e cumprimento de carga horária. Ao final de cada semestre, deve (m) encaminhar à Coordenação do curso de Licenciatura em História a lista dos (as) alunos (as) que cumpriram todas as atividades do núcleo de prática curricular, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento dos trabalhos de transposição didática.

É de responsabilidade da Coordenação do curso de Licenciatura em História lançar o conceito obtido pelo (a) aluno (a) no sistema acadêmico com base nas informações encaminhadas pelos (as) professores (as) dos núcleos de prática curricular.

Para efeito de contabilização das 400 (quatrocentas) horas, o (a) aluno (a) deve ter sido aprovado (a) em todas as etapas da prática como componente curricular.

Em conformidade com a Instrução Normativa 02/2019 – PROEN/IFPA, em caso de participação do curso de Licenciatura em História no PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência - os subprojetos poderão prever a equivalência das atividades desenvolvidas nesta com as ementas curriculares

relativas à Prática como componente curricular de modo a possibilitar o aproveitamento dessa carga horária para fins de integralização curricular.

1. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido a partir do 5º período do curso, ou seja, a partir da segunda metade formativa. Tem como modelo de ordenamento as disciplinas Estágio I, II, III e IV, e totalizará uma carga horária de 400 horas, conforme legislação vigente. No âmbito do IFPA é estruturado tendo como referência a Política de estágio regulamentada pela Resolução no. 398/2017 – CONSUP.

Por sua natureza, o Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em um processo de articulação entre teoria e prática, mediada pela prática do exercício da docência em ambiente escolar. Nesse âmbito, relaciona os conhecimentos adquiridos e/ou construídos pelos alunos ao longo do curso.

O Estágio Curricular Supervisionado é acompanhado por um professor supervisor de estágio e, quando necessário, é auxiliado por outros professores. Faz parte do processo de acompanhamento e avaliação desta atividade os seguintes mecanismos:

* Plano de trabalho devidamente aprovado pelo professor coordenador de estágio e pelo professor auxiliar, quando necessário.
* Reuniões do aluno com o professor supervisor e/ou auxiliar.
* Visitas à escola por parte do professor orientador.
* Relatório do estágio supervisionado de ensino.
* Participação no seminário final de estágio.

Tendo em vista assegurar a contextualização no processo formativo, o estágio ocorrerá por meio de convênio entre o IFPA e, prioritariamente, as instituições públicas, nos turnos diversos do horário de funcionamento do curso, tendo em vista proporcionar perenidade à relação interinstitucional. Para este intento é importante citar o Acordo de Cooperação técnica firmado entre o IFPA e a Secretaria de Estado

de Educação do Pará que garante a presença dos estagiários de licenciatura da instituição nas escolas estaduais.

Conforme assinalado anteriormente, as atividades de estágio a serem desenvolvidas pelo aluno contemplam os diversos níveis de ensino, e também podem contemplar as experiências na educação de jovens e adultos, na educação profissional técnica integrada ao ensino médio e em casos de regimes educacionais especiais voltados para adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas.

O modelo de Estágio Curricular Supervisionado vigente tem como base: o Estágio I, que consiste basicamente de observação do contexto da escola, das diretrizes educacionais e dos processos de ensino-aprendizagem; o Estágio II, análise de livros didáticos e materiais pedagógicos utilizados no ensino de História e desenvolvimento oficinas temáticas; o Estágio III, com oficinas em torno de fontes e metodologias aplicadas ao ensino de História; o Estágio IV, no qual serão desenvolvidos projetos de regência. Cada disciplina Estágio cursada constitui em pré- requisito para a matrícula na disciplina Estágio subsequente.

Os relatórios de estágio devem ser realizados em cada um dos períodos, sendo que ao final do desenvolvimento da disciplina Estágio IV todos os relatórios deverão ser reunidos como comprovação das atividades realizadas. Sendo assim, a reunião dos relatórios compõe a documentação comprobatória de todas as atividades, tendo em anexo as frequências e os termos de compromisso. Caberá ao docente supervisor do estágio ao final do semestre realizar o lançamento no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA das notas bimestrais dos discentes sob a sua orientação.

O curso de Licenciatura em História prevê a realização do Seminário de Estágio Curricular Supervisionado como atividade de participação obrigatória para os alunos matriculados nas disciplinas de Estágio. A participação para os demais alunos do Curso será optativa, sendo que para esses o Seminário de Estágio Curricular Supervisionado integrará o universo de atividades extracurriculares do Curso. Das 100 horas do estágio IV, 10 horas serão destinadas para preparação e execução do seminário de estágio que constará como projeto de extensão, na medida em que contará com a participação de discentes e docentes tanto do IFPA quanto das escolas nas quais foram realizados os estágios. O projeto de elaboração do evento será

analisado e aprovado pelo Colegiado do curso conforme parágrafo 3º, artigo 5º, capítulo II da Resolução nº 397/2017 do CONSUP.

No caso do Estágio III e IV das 100 horas destinadas a esta atividade curricular,

10 horas serão contadas em forma de ação de extensão através de oficinas metodológicas como prevê a ementa e a carga horária disposta na matriz curricular. Neste caso também, a ação passará pela avaliação e validação do colegiado do curso. Em casos específicos aprovados pelo colegiado, podem ser propostos projetos especiais a serem desenvolvidos em forma de oficinas, minicursos, laboratórios, e em outros espaços educativos, desde que atenda ao caráter pedagógico da relação

específica de atividade de ensino e carga horária estabelecida.

As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior poderão ser equiparadas ao estágio curricular supervisionado, não ultrapassando 100 horas.

Em todas as situações descritas deverá ocorrer a apresentação de documentação comprobatória. Em todo caso o estágio curricular supervisionado é obrigatório no Curso de Licenciatura em História.

Ao final do estágio curricular supervisionado, o estagiário deverá protocolar na coordenação de curso parecer do professor orientador lotado no colegiado da Licenciatura, juntamente com a frequência assinada do supervisor da parte concedente e relatório final de atividades.

Em conformidade com a Instrução Normativa 02/2019 – PROEN/IFPA, em caso de participação do curso de Licenciatura em História no Programa de Residência Pedagógica, os subprojetos de estágio poderão prever a equivalência das atividades desenvolvidas nesta com as ementas curriculares relativas ao Estágio Supervisionado de modo a possibilitar o aproveitamento dessa carga horária para fins de integralização curricular.

1. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso consistirá na aplicação prática das competências e habilidades adquiridas ao longo do curso revertidas para a produção de conhecimento de caráter histórico. Os procedimentos a serem adotados são

descritos no “Regulamento Geral para Elaboração, Redação e Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso – IFPA 2016”.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória (Resolução Nº 041 de 21/05/2015 – CONSUP/IFPA) e será executado sob a forma de Monografia de Iniciação Científica. O TCC será desenvolvido no âmbito das disciplinas TCC I e TCC II, ofertadas, respectivamente, no sétimo e oitavo semestre, integralizando uma carga horária de 120 horas.

O TCC será realizado individualmente, salvo casos devidamente justificados e aceitos pelo Colegiado do curso, e será assistido por um professor orientador, docente do IFPA devidamente credenciado pelo Colegiado do curso e vinculado à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. A critério do Colegiado do curso poderá ser aceita co-orientação do TCC por profissional externo à instituição, desde que seja orientado por docente vinculado ao curso.

O TCC será defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. A sessão pública será organizada pelo Colegiado do curso durante o período letivo, sendo que a composição da banca examinadora e seu suplente deverá ser proposta pelo orientador, de acordo com a temática do TCC, em acordo com o discente. O Colegiado do curso poderá credenciar membros externos para fins de composição de banca desde que qualificado na área temática do TCC.

A versão escrita deverá ser elaborada conforme o estabelecido no Manual de Normalização dos Trabalhos Acadêmicos do IFPA, cuja finalidade é a “padronização dos trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Pará”, com vigência de 2015 a 2020, devendo obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quais sejam as especificadas no manual e ou aquelas que vierem a substituí-las.

A versão final do TCC deverá ser entregue ao Colegiado do curso em meio eletrônico e impresso para fins de arquivo em duas vias.

1. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Esta proposta será regulada conforme a Resolução CNE 02/2015 que diz:

Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em Nível Superior, licenciatura, de graduação plena, deverão ter, no mínimo 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 da Resolução sobredita, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante com o PPC, devendo constar na carga horária mínima do mesmo.

Desta maneira buscamos cumprir a obrigatoriedade referida por intermédio de atividades complementares de no mínimo 200 (duzentas) horas no Curso de Licenciatura em História.

Serão consideradas como atividades dessa natureza as seguintes ações na área do curso ou áreas afins:

* Participação em conferências e palestras relacionadas à área de formação;
* Participação de cursos ou minicursos;
* Participação em Encontro Estudantil;
* Participação nos programas de iniciação científica;
* Participação no Programa de Iniciação à Docência – PIBID;
* Realização de monitoria;
* Realização de estágio extracurricular ou voluntário;
* Publicações de trabalhos em meio impresso ou eletrônico especializado em História e Educação;
* Participação em visita-técnica;
* Realização de atividade de extensão na área do curso ou afim de assistência à comunidade;
* Participação em congressos ou seminários;
* Exposição de trabalhos;
* Participação em núcleos de estudo e pesquisa;
* Participação como membro representante de discentes nas instâncias da Instituição ou de entidades estudantis;
* Participação como ouvintes em defesa de trabalhos acadêmicos;
* Participação na organização de eventos científico-tecnológicos e culturais.

As 200 (duzentas) horas podem ser contabilizadas com certificados de eventos da própria instituição ou de outras, contanto que tenha validade comprovada, tais como, número de processo ou portaria do evento.

As atividades deverão ser contabilizadas mediante a solicitação do aluno por meio de requerimento à Coordenação do Curso de Licenciatura em História, instância para a qual pedirá a validação das atividades realizadas com os devidos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado somente será contabilizado uma única vez. Uma mesma atividade não poderá contabilizar, simultaneamente, carga horária para os componentes curriculares “Atividades Complementares” e “Práticas Curriculares em Sociedade”. Anexar cópias de comprovantes e originais para conferência com no mínimo três meses antes de concluir o curso.

1. APOIO AO DISCENTE

A Política de Assistência Estudantil do IFPA/Campus Belém, configura-se por meio da concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino e modalidades que são ofertados pela Instituição, voltados prioritariamente para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, obedecendo às diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, elegendo como prioridade aquelas necessidades consideradas básicas previstas pelo Decreto 7.234 de 19/07/2010.

As ações de Assistência Estudantil são elencadas no Plano Anual de Assistência Estudantil, por meio de linhas de atendimento, nas quais envolvem setores estratégicos ligados à pesquisa, ensino e extensão como forma de fortalecer e apoiar as ações que visam o êxito acadêmico.

O Plano de Assistência Estudantil no Campus Belém é acompanhado pelo Fórum de Assistência Estudantil e Comissão Multidisciplinar de Assistência Estudantil, conforme previsto na Resolução nº 134/2012 - CONSUP, a qual regulamenta a Política de Assistência ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Enquanto política de inclusão ao estudante apresenta-se também o Programa Bolsa Permanência – PBP, criado pela Lei nº 12.801/ 2013, que se define como uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O

Programa atende como público alvo os estudantes de cursos de nível superior com carga horária igual ou superior a cinco horas diárias.

A assistência estudantil visa à promoção do desenvolvimento e conclusão do curso, projeto e outra ação social promovida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Belém.

A política de Assistência Estudantil, no âmbito do IFPA se dar por meio de editais de seleção que consideram um conjunto de fatores, tais como: I - o estudante estar matriculado e frequentando regularmente curso; II - o estudante estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando os seguintes aspectos pessoais e familiares: a) renda mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio vigente, conforme disposto no decreto nº 7.234, de 19.07.2010; b) contexto das relações familiares, no que tange ao arranjo familiar, número de membros, situação de violência, conflitos familiares e processos judiciais, dentre outros; c) situação habitacional, referente à estrutura, localização, financiamento, dentre outros;

d) participação em Programas Sociais do Governo e serviços socioassistenciais; e) situação que afete a saúde do estudante ou membro (s) da família, comprovada por meio de atestados médicos, bem como comprovantes de despesas com medicamentos, exames e consultas; f) histórico acadêmico, considerando defasagem idade-série, interrupção do processo de escolarização, nível de escolaridade, natureza da escola de origem tendo prioridade os estudantes oriundos de instituições públicas, recebimento de bolsas de estudo.

Os Programas de Assistência e Apoio ao Estudante caberá desenvolver ações de seleção e acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podendo inseri-los, de acordo com suas demanda e vagas disponíveis, em uma das seguintes modalidades de bolsas e/ou auxílios:

* Auxílio Transporte: tem como objetivo disponibilizar auxílio financeiro para contribuir com custeio do deslocamento do estudante no trajeto domicílio – IFPA- domicílio. \* Auxílio Moradia: tem como objetivo assegurar auxílio financeiro para contribuir com despesas mensais referentes à moradia do estudante. Terão direito a esse auxílio, prioritariamente, os estudantes oriundos de outros municípios ou estudantes residentes no município onde está localizado o Campus e em situação de risco social.
* Auxílio Alimentação: tem como objetivo oferecer uma refeição diária ao estudante ou efetuar o repasse financeiro para aquisição da alimentação pelo próprio estudante.
* Bolsas vinculadas a Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão: tem como objetivo conceder Bolsa-Aprendizagem ao estudante que deverá cumprir uma carga horária de até 20 h semanais.

Vale ressaltar que tão importante quanto o processo de captação de novos alunos é o trabalho desenvolvido por todos esses programas para evitar a evasão. A permanência do discente deverá tratada individualmente. A política de nivelamento do discente deverá zelar pelo interesse dos seus alunos ingressantes em sua formação, tendo sempre como princípio básico formar profissionais inseridos no contexto socioeconômico da região onde se situa e, mais do que isto, preparados para o desempenho das atividades na área de sua formação. Sempre com o objetivo de que possam desempenhar as suas funções de forma a atender a todos os indivíduos com espírito humano e solidário e, estimulados e preparados para a atividade docente.

A principal causa da evasão nas instituições de ensino superior não é somente a falta de recursos financeiros, pois o despreparo para acompanhar o curso, pelas carências trazidas do ensino médio é um problema maior. Desta forma o Curso de Licenciatura em História – IFPA – Campus Belém empenha-se em promover a evolução cognitiva de seus acadêmicos evitando, assim, o fracasso escolar.

O Curso atua em uma região geograficamente grande, abrangendo diversas etnias, níveis culturais variados e diferentes formações escolares, com isso, preocupa- se em criar mecanismos de nivelamento que, além de auxiliar os alunos com dificuldades específicas em determinadas áreas de formação básica e até mesmo instrumental, acabam por facilitar o andamento das aulas para os demais alunos, com relação ao desenvolvimento da mesma. Conforme regimento próprio, o programa se faz necessário para evitar a desistência e o abandono por motivos acadêmico- educacionais.

1. ACESSIBILIDADE

Entende-se por acessibilidade: inclusão da pessoa com deficiência na participação e execução de atividades distintas, através da disponibilidade de recursos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas com o objetivo de

minimizar os problemas enfrentados por estes indivíduos. No âmbito da administração pública, é normatizada pelo Decreto 5296/2004 amparada nos artigos 5º, 6º e 7º.

Por exemplo, sobre o acesso de discentes com deficiência física ao IFPA e turmas comuns, as ajudas técnicas como a comunicação alternativa oral e escrita (pranchas de comunicação, vocalizadores portáteis), as adaptações de acesso ao computador (livros digitais, softwares para leitura, livros com caracteres ampliados, acionadores) e a adaptação de recursos pedagógicos.

A educação inclusiva é um tema bastante atual e vem ganhando grande repercussão no contexto da política educacional do nosso país que, inspirada na concepção de direitos humanos, busca mudanças significativas no sistema educacional, ou seja, a garantia do direito de todos à educação, ao acesso e a permanência e continuidade de estudos no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) representou um avanço por compreender a inclusão escolar como uma inovação educacional; como uma forma diferente de conceber o conhecimento escolar, por demandar uma releitura do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, esse documento busca instituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos. Seu objetivo é proporcionar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência (física, intelectual ou sensorial), transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas de ensino regular.

Esses direitos foram reafirmados e ampliados com a promulgação da Lei n° 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que, após um período de 15 anos de tramitação no Congresso Nacional, trouxe verdadeiros avanços na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. A LBI reformulou várias leis brasileiras (o Código Eleitoral, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto das Cidades, Código Civil, a CLT, entre outros) que não atendiam ao novo paradigma de inclusão das pessoas com deficiência. (BRASIL/LBI, 2015).

Em relação à Educação, a nova Lei vem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino e durante toda a vida, como demonstram os Artigos. 27 e 28, destacando o inciso XIII deste último, que se refere à Educação Superior e Profissional. (BRASIL/LBI, 2015, p. 12-13).

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

Nesse contexto, quando falamos em inclusão, pensamos em uma sociedade que valoriza a diversidade humana e aceita as diferenças individuais. Uma sociedade que entende e reconhece o outro, que possibilita o convívio e o compartilhamento de oportunidades reais, não necessariamente iguais, para todos, sem distinção ou discriminação. Estamos falando de uma sociedade inclusiva que valoriza a heterogeneidade em detrimento da igualdade.

É com base nessa concepção de diversidade e de inclusão que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA – Campus Belém vem desenvolvendo diretrizes e ações que visam construir e consolidar uma política de inclusão que respeita as diferenças na busca por um sistema educacional inclusivo. Essas diretrizes surgiram como uma forma de reconhecer a diversidade, na perspectiva de reconhecimento das diferenças, objetivando resgatar valores sociais voltados para a igualdade de direitos e de oportunidades para todos, sem distinção, visando à cidadania e a universalização de direitos.

Acessibilidade Metodológica, atitudinal, comunicacional e digital: Nesse contexto, as diretrizes adotadas pelo Instituto em prol da inclusão se iniciaram com a implantação, em 2002, do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – TEC NEP, no Âmbito da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica – RFEPT, que se efetivou por meio da criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE foi criado para dar efetividade às ações do Programa TEC NEP, que visa expandir a oferta de educação profissional, possibilitando o acesso, a permanência e a terminalidade dos estudos das pessoas com deficiências. Desta forma, o NAPNE foi concebido como um setor que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implantação/implementação da Ação TEC NEP no âmbito interno.

O NAPNE é o núcleo responsável pela promoção da cultura da educação para a convivência, pela aceitação da diversidade, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a possibilitar a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas, desenvolvendo ações que promovam a igualdade de oportunidade para todos, respeitando suas diferenças.

De acordo com o Art. 2o da LBI, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, consideram-se pessoas com necessidades educacionais específicas todas aquelas cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtorno do espectro autista e outros transtornos de aprendizagem. As competências e atribuições do Núcleo, bem como sua organização e forma de funcionamento serão discutidos e estabelecidos em Regulamento próprio, por meio de Comissão ou Grupo de Trabalho constituído pelos coordenadores dos NAPNE’s de todos os campi e organizado pela Coordenação de Diversidade da PROEN/IFPA. Atualmente o NAPNE/Campus Belém conta com a seguinte equipe multidisciplinar:

Tabela 17 – Corpo Técnico NAPNE – Campus Belém

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| FUNÇÃO | SERVIDOR | CARGO |
| Chefe | Priscila Guimarães | Professora EBTT |
| Intérprete de Libras | Bethânia Sena | TAE |
| Psicóloga | Milena Nagahama | TAE |
| Psicóloga | Bruna Cruz | TAE |
| Assistente Social | Claudete Santos | TAE |
| Assistente de Aluno | Jeferson Monteiro | TAE |
| Professor de Libras | Hermínio Tavares | Professor EBTT |

Acessibilidade na locomoção: Segundo dados da Diretoria de Desenvolvimento e Social do Campus Belém, em 2019 será desenvolvido um plano de promoção de acessibilidade em consonância com orientações de políticas de promoção de

acessibilidade fomentadas pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, observando as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003. Entretanto, já foram desenvolvidas as atividades elencadas no quadro a seguir.

Tabela 18 – Itens de acessibilidade do Campus Belém

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Descrição de itens de  acessibilidade | Quantidade (und) | | | |
| 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Elevador | 8 | 8 | 11 | 12 |
| Piso tátil | 45 m | 45 m | 192 m | 250 m |
| Corrimão | 350 m | 350 m | 360 m | 360 m |
| Comunicação visual em braile | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Rampas de acesso | 18 unid | 18 unid | 20unid | 21 unid |

Fonte: IFPA/DHS – Diretoria de Desenvolvimento Humano e Social

1. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem do IFPA Campus Belém, bem como as práticas avaliativas e procedimentos adotados pelos docentes terão como objetivo principal o aspecto formativo do aluno, considerando seu desenvolvimento e trajetória no processo de ensino e aprendizagem durante o período letivo. Práticas de avaliação de cunho unicamente classificatório meritocrático e punitivo e que ao invés de colaborar para a aprendizagem significativa do educando contribuem para sua exclusão do processo educativo formal devem ser evitadas por estarem em desacordo não somente ao que dispõe a Lei de Diretrizes Bases da Educação 9.394/96, mas principalmente por ferirem os princípios que norteiam a construção e consolidação de uma escola que promova educação-formação numa perspectiva democrática e com vistas à inclusão social do educando.

A avaliação da aprendizagem deve servir para que o docente faça uma diagnose sobre os pontos fortes e frágeis no que tange a aprendizagem do educando e a partir disto possa criar estratégias para que o aluno tenha condições de superar suas dificuldades e prosseguir seus estudos. Isto não quer dizer que o aluno não possa ficar reprovado/retido, significa dizer que é necessário construir práticas pedagógicas que diminuam esta incidência.

A aprovação do discente e sua consequente progressão no curso devem estar atreladas à sua aprendizagem efetiva e deve ser resultado de um trabalho pedagógico comprometido com a função social da escola envolvendo professores, setor pedagógico, assistência estudantil, diretorias sistêmicas e outros setores estratégicos da instituição que estejam diretamente vinculados ao ensino, pesquisa e extensão. Precisamos ter práticas que favoreçam a aprendizagem do aluno para que ele aprenda, tenha uma formação crítica e esteja preparado para exercer sua cidadania e contribua para a transformação da sociedade.

Nesta perspectiva, partindo do pressuposto de que a avaliação da aprendizagem deve ser formativa, processual, cumulativa e, sobretudo dialógica, a LDB 9.394/96 dispõe que: V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

De maneira mais específica no âmbito do IFPA, a resolução041/2015- CONSUP de 15 de maio de 2015 que trata do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu capítulo VIII trata “Da Avaliação da Aprendizagem”. O capítulo, de maneira geral estabelece os procedimentos da avaliação, instrumentos de avaliação, fluxos, periodicidade, parâmetros para práticas avaliativas, critérios de avaliação dentre outras diretrizes pertinentes à verificação e acompanhamento da aprendizagem do educando. Assim, para fins de operacionalização e aplicabilidade fica estabelecido o disposto na resolução supracitada, capítulo VIII, como diretriz geral

a ser cumprida no âmbito do IFPA-Campus Belém em todos os cursos deste campus, em todos os níveis, modalidades e formas de oferta, excetuando-se da obrigatoriedade os cursos de pós-graduação, pois possuem regulação própria.

Dessa forma, a avaliação não deve restringir-se apenas ao aluno ou produto, mas sim constituir um sistema que avalie o processo como um todo. Especificamente, o Sistema de Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem do Curso de Licenciatura em História do campus Belém será preconizado nos componentes do “Regulamento Didático Pedagógico do Ensino” em vigor, o que garante uma perspectiva global de avaliação.

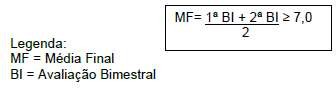
A avaliação concebida, nestes moldes, propiciará ao aluno condições de aquisição de competências necessárias para a futura ação profissional, e possibilidades de crescimento para exercer sua autonomia como cidadão. Em função disso, certamente, terá uma atuação mais adequada e eficiente para a transformação social.

Nesse sentido a avaliação tem que ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja: Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem; Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber; Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca dos conteúdos; e Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no semestre através de notas.

Os requisitos e critérios de avaliação abrangem as disciplinas ministradas, a Pratica educativa, as atividades complementares, o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de Curso. A forma de avaliação é continuada e desenvolve-se através das seguintes atividades:

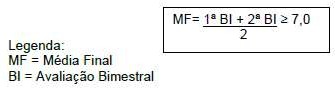
1. Auto-avaliação (o aluno observa e descreve seu desenvolvimento e dificuldades);
2. Testes e outras provas de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos, com avaliação aleatória;
3. Mapas conceituais (organização pictórica dos conceitos, exemplos e conexões percebidos pelos alunos sobre um determinado assunto);
4. Trabalhos em grupo;
5. Atividades de culminância (projetos, monografias, seminários, exposições, feira de ciências, coletâneas de trabalhos realizados durante o Seminário Integrador que ocorre ao final de cada semestre).
6. Observações práticas (laboratórios e visitas técnicas).

A aprovação de cada componente curricular do curso será mensurada pela seguinte fórmula, de acordo com a Resolução no. 041/2015 CONSUP:



O estudante será aprovado no componente curricular se obtiver média final igual ou superior a 7,00 (sete).

O estudante que obter Média final (MF) menor que 7,00 (sete) deverá realizar Prova Final, sendo aplicada a seguinte fórmula:



CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores como a possibilidade de o estudante solicitar aproveitamento de estudos para fins de integralização de componente curricular a partir de disciplinas cursadas em outro curso desde que

diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional.

O Curso de Licenciatura em História seguirá o estabelecido no Capítulo IX do Regulamento Didático-pedagógico do ensino no IFPA (Resolução 041/2015- CONSUP) que trata especificamente do aproveitamento e do extraordinário aproveitamento de estudos. Solicitado via processo, o aproveitamento de estudos será concedido quando:

* A carga horária do componente curricular cursado for igual ou maior que a carga horária do componente integrante da matriz curricular do curso no IFPA;
* O estudante tenha cursado o componente curricular com aprovação em outro curso de mesmo nível de ensino ou de nível superior ao do curso no IFPA;
* O perfil formativo do componente curricular do curso no IFPA estiver expresso no ementário do componente já cursado na outra instituição.
* Ter cursado o componente curricular num prazo máximo de 10 (dez) anos, decorridos entre o final do período letivo em que o componente curricular foi cursado e a data do protocolo do requerimento de aproveitamento de estudos no IFPA. (REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO IFPA, 2015, art. 295)

No que diz respeito ao extraordinário aproveitamento de estudos, o aluno poderá solicitar para a certificação de conhecimentos para fins de cumprimento de componente curricular isolado. O discente é submetido a processo de avaliação teórica ou teórico-prática a partir da publicação de edital de chamada aos estudantes interessados. Essa avaliação será realizada por uma banca examinadora, que deverá elaborar os instrumentos e critérios de avaliação, sua aplicação e apuração, bem como emitirá parecer avaliativo, que deverá ser homologado pela Direção de Ensino do Campus (cf. Regulamento didático-pedagógico do IFPA, 2015, art. 304).

Ressaltamos que estas orientações se tratam apenas de uma síntese a respeito dos critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores retiradas do Regulamento didático-pedagógico vigente, devendo, portanto, o referido documento ser consultado (art. 291 a art. 308) para substanciar as ações acadêmicas e pedagógicas coerentes com este projeto pedagógico de curso.

1. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação, também conhecidas como TICS, estão cada vez mais inseridas no cotidiano social, as constantes mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos também tem contribuído para transformações sociais e econômicas. Novas formas de se estabelecer comunicação, construir conhecimento e, sobretudo socializá-los têm sido experimentadas a partir do uso dessas tecnologias.

Nesse aspecto, não seria precipitado afirmar que as TICS têm sido um importante eixo condutor que tem impulsionado diferentes modos de comunicação, de relacionamento entre pessoas, de manipulação dos objetos e de transformação do mundo onde vivemos, em que há a expansão de fronteiras, o rompimento de distancias virtuais, e tem promovido a conexão entre diferentes contextos sociais.

As Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS – correspondem ao conjunto de recursos tecnológicos que, integrados em torno de um objetivo comum, contribuem e mediam os processos de comunicação, informação e as relações sociais. São exemplos de TICS: ambientes virtuais de aprendizagem, chats, fóruns, comunidades e grupos on-line, uso de arquivos digitais, aplicativos, data show, telefonia, uso de redes sociais e etc.

O ensino de História no século XXI deve utilizar-se das tecnologias aplicadas à Educação para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Infelizmente o diagnóstico apresentado no cotidiano das salas de aula é outro. Pratica-se um ensino de História tradicional, deveras apoiado no livro didático, por meio de aulas expositivas em uma temporalidade histórica linear focada no professor. A esse respeito Cruz afirma:

A educação brasileira ainda tem muito da escola tradicional, que nos legaram os jesuítas nos tempos da colonização; estes mantinham um sistema dogmático (baseado apenas na visão da igreja), trabalhado numa visão linear, cartesiana, tendo como referência os pressupostos de Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. Mesmo depois do ensino não ser mais exclusividade da Igreja e, por conseguinte, não estar mais sob a orientação jesuítica, os métodos, na sua grande maioria, no Brasil de hoje, ainda permanecem tradicionais, com currículos defasados, com uma estrutura escolar autoritária, fechada em si mesma, legitimadora de um processo social não igualitário. (CRUZ, 1996, p. 74)

Conforme afirma Ferreira (1999, p. 146), “o ensino de História tem que avançar e se modernizar, acompanhando a tendência da sociedade, que vem sofrendo um ritmo lancinante de modificações, senão estará fadado a transmitir ideias e conhecimentos ultrapassados”. O professor da área de História deve encarar os recursos tecnológicos como ferramentas que irão enriquecer e oxigenar sua prática docente.

Nesse contexto, algumas disciplinas farão uso de TICs, através do aprendizado e utilização de softwares especializados para execução de algumas atividades planejadas, bem como para realização de estudos e pesquisas. No Campus IFPA – Belém os docentes dispõem de sala de multimeios, de data shows, laboratórios de informática com acesso à internet e as redes sociais. No campo da História é possível, por exemplo, incorporar às práticas formativas a utilização de acervos documentais digitalizados para execução de pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos. Os recursos digitais de gravação de imagem e vídeo podem ser ferramentas importantes para práticas de pesquisa e ensino no campo da História Oral e do tempo presente. Recursos como chats, podcasts, redes sociais permitem uma maior interação entre docentes e discentes durante o planejamento e execução das diversas disciplinas. Usando as TICs no cotidiano formativo será possível construir junto aos futuros professores uma atitude proativa para com a necessidade de aproximar o ensino de História das tecnologias digitais.

Além de fazer parte do cotidiano de sala de aula as TICs se farão presentes no curso através de componentes curriculares específicos: Núcleo de Estudos de Formação Geral (Informática aplicada ao ensino de história), disciplina optativa (Educação, mídias e novas tecnologias digitais) e Prática como componente curricular (O ensino de história e as novas ferramentas educacionais).

A inclusão desses tópicos nas disciplinas do percurso formativo do licenciando visa proporcionar uma formação mais integradora e integrada ao universo tecnológico dos espaços educativos e dos sujeitos com os quais irão trabalhar no seu futuro profissional.

1. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso e os procedimentos que serão adotados para avaliação do curso de Licenciatura em História se basearão na Resolução CONAES 04/2010,

Instrução Normativa 01/2016-PROEN, no Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA e na Resolução 05/2019 – CONSUP.

* 1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução CONAES, de 17 de julho de 2010, e a Resolução 01, de junho de 2010 em seu Art. I, leia-se:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui- se se um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

E ainda em seu Art. III indica que o NDE deve “ser constituído por um mínimo de cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso”.

O Núcleo Docente Estruturante é composto pelos professores da Seção de Ciências Humanas. Todos pertencentes ao curso de licenciatura em História, e possui acima de 60% dos seus membros com titulação acadêmica obtida em Programa de Pós-graduação stricto sensu, conforme previsão do artigo 65 da resolução 041/2015

– CONSUP de 21 de maio de 2015. Destaca-se, ainda que 100% dos docentes estão vinculados sob o Regime de Dedicação Exclusiva (40 horas semanais).

O NDE do curso de Licenciatura em História observará como requisito de manutenção a atualização do corpo docente a cada 2 anos. Além do mais, as atribuições do NDE abarcaram: a contribuição em consolidar o perfil do egresso; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades do curso, considerando, entre outros fatores as exigências do mercado de trabalhado; a integração curricular de forma interdisciplinar; o zelo quanto ao cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais. Atualizar o PPC, a cada 2 anos, considerando entre outros aspectos a adequação do egresso, quanto às necessidades do mercado de trabalho. Ressaltando que a constituição dos Membros deve garantir a estratégias de renovação parcial de modo a haver continuidade no pensar e nas discussões.

Diante disso, o Curso de Licenciatura em História atuará nas ações de implementação, acompanhamento, consolidação, atualização e avaliação do curso e estará composto por professores pertencentes ao quadro de ciências humanas e suas

tecnologias do Campus Belém do IFPA, com titulações acadêmicas obtidas em programas de pós-graduação stricto sensu, conforme o quadro a seguir:

Tabela 19 – Membros do NDE da Licenciatura em História

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Docente | Titulação | Regime de  Trabalho |
| Gustavo Henrique Barbosa | Doutor | 40h/DE |
| Humberto de Castro Brito | Especialista | 40h/DE |
| Natália Conceição Silva Barros  Cavalcanti | Doutora | 40h/DE |
| Ricardo Afonso Ferreira de  Vasconcelos | Doutor | 40h/DE |
| Cristiane Alves Pereira Damasceno | Especialista | 40h/DE |
| Ronaldo Luiz Silva do Nascimento | Mestre | 40h/DE |
| Kirla Korina dos Santos Anderson | Doutora | 40h/DE |
| Jean Guilherme Guimarães Bittencourt | Mestre | 40h/DE |

Entende-se que a atuação deste NDE, de acordo com legislação vigente, tem papel primordial na consolidação do perfil do egresso do curso, por isso centraliza suas linhas de pesquisa e extensão para a educação profissional e suas tecnologias, em consonância às políticas públicas e exigências do mercado de trabalho, sobretudo na Amazônia. Assim, preza pela integralização curricular de maneira interdisciplinar entre as diferentes atividades constantes no currículo, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos no IFPA.

* 1. COORDENAÇÃO DE CURSO

A coordenação do curso será guiada pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de maneira participativa e em diálogo permanente com discentes, docentes, equipe pedagógica, Direção de Ensino, Pró-Reitoria de Ensino e comunidade externa. Pautará suas ações também pelos resultados das avaliações periódicas do curso, considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como o perfil do egresso, cujos resultados serão publicizados nas redes sociais do curso, em sua página no site do

campus e nos ambientes acadêmicos em que se realizam as atividades do curso. O coordenador será definido antes da entrada da primeira turma, com dedicação de tempo integral ao curso.

Como requisito mínimo o candidato deve ter experiência profissional no magistério superior, possuir no mínimo título de mestre e de preferência ter experiência na gestão acadêmica. A escolha do coordenador ocorrerá no âmbito do Colegiado do Curso, onde ocorrerá a votação e ata lavrada para efeito de registro. O mandato terá duração de 2 anos consecutivos, podendo o mesmo ser renovado através de reeleição.

A carga horária de dedicação mínima de trabalho deverá ser maior ou igual há 12 horas semanais. Durante a gestão do curso o coordenador deve representar o curso quando convocado para colegiados superiores e integrar o Fórum das Licenciaturas. Deverá também, estar ciente da sua relação com os docentes e discentes na intermediação de situações referentes ao curso. Prestar as informações públicas quando notificado pela Departamento de Áreas Acadêmicas.

A coordenação tem um papel importante no desenvolvimento do curso, pois faz a integração entre os docentes, discentes e a gestão. As reuniões para tratar assuntos referentes ao curso frente ao Colegiado devem ser presididas pela coordenação.

Dentre as atribuições do coordenador pode-se citar:

* Coordenar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso no Campus;
* Planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades pedagógicas do curso em colaboração com a Diretoria Acadêmica e a equipe técnico- pedagógica;
* Coordenar a organização e operacionalização do curso, componentes curriculares, turmas e professores para o período letivo;
* Zelar pela aplicação dos princípios do Projeto Político-Pedagógico e normas do “Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA” e dos laboratórios;
* Realizar o acompanhamento pedagógico dos estudantes no processo ensino aprendizagem no que concerne à avaliação de rendimentos, avaliação do desempenho docente e avaliação do curso envolvendo docentes e estudantes e equipe técnica pedagógica;
* Realizar reuniões sistemáticas junto ao grupo de docentes do curso;
* Coordenar as atividades de discussão e revisão do projeto pedagógico do curso;
* Supervisionar a execução do projeto pedagógico do curso;
* Acompanhar o processo de avaliação utilizado pelos professores em consonância com o projeto pedagógico do curso;
* Incentivar o desenvolvimento projetos de pesquisas e extensão;
* Participar das reuniões dos colegiados, conselhos e grupos relacionados ao curso;
* Fazer circular informações oficiais e de eventos relativos ao curso de forma clara, objetiva e respeitosa, entre os interessados;
* Acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes do curso;
* Acompanhar o preenchimento, recolhimento e atualização dos diários de classe;
* Efetuar levantamento, organizar e encaminhar demanda de vagas para o curso;
* Colaborar na elaboração de material de divulgação relacionado ao curso;
* Participar de todas as solenidades oficiais ligadas ao curso, tais como formaturas, aulas inaugurais, reuniões de recepção de novos estudantes e/ou eventos da área que necessitem a presença do coordenador;
* Coordenar as visitas técnicas realizadas pelos estudantes do curso, juntamente com os professores;
* Coordenar a elaboração de processos de autorização de funcionamento e (renovação de) reconhecimento do curso;
* Articular a realização da Avaliação das Condições de Ensino e Avaliação Institucional no âmbito do Curso;
* Assinar documentos relativos à vida acadêmica dos estudantes no âmbito do Curso;
* Articular o planejamento de eventos técnico-científicos, culturais e desportivos promovidos pelo Curso;
* Coordenar o planejamento e a execução da programação de aulas de campo, cursos, oficinas, palestras e visitas técnicas do Curso
  1. COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso de Licenciatura em História, um órgão consultivo e deliberativo, é responsável pelo acompanhamento e deliberações sobre assuntos administrativos, acadêmicos e disciplinares acadêmicos e disciplinares, de maneira coletiva, das atividades referentes ao ensino, pesquisa e extensão. Será composto pelo coordenador do curso (que será o presidente do colegiado), todos os docentes da área específica do curso, todos os docentes das áreas complementares, um representante da área técnico-pedagógica do campus e por um representante discente por turma ativa.

O colegiado se reunirá ordinariamente uma vez a cada mês e extraordinariamente quando for de interesse do curso, com registro de atas e frequências, cuja participação é obrigatória a todos os integrantes, sob pena de destituição e substituição. A composição do colegiado poderá ser alterada conforme mudança de seus membros na atuação no curso.

* 1. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação institucional consistirá numa sistemática que envolverá: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O sistema de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA tem como finalidade a condução dos processos de autoavaliação no Campus Belém, em conformidade com o SINAES, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004, cujo objetivo é assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

A autoavaliação que será realizada pela CPA do Campus Belém terá como referência os princípios, as dimensões e indicadores do SINAES. Os princípios norteadores da avaliação consistem em:

* + - Globalidade, mediante avaliação de todos os elementos que compõem o curso;
    - Respeito à identidade dos cursos e suas características próprias;
    - Legitimidade, mediante metodologia e indicadores capazes de conferir significado às informações que devem ser fidedignas;
    - Reconhecimento, por todos os agentes, da pertinência e legitimidade do processo avaliativo;
    - Responsabilidade social, visando à qualidade da formação mediante a promoção da eficácia do ensino, tendo como ponto de partida os resultados da avaliação;
    - Continuidade, visto que são grandes os desafios e real a possibilidade de retrocessos;
    - Compromisso formativo, como princípio a avaliação como elemento central para o desenvolvimento da eficácia, eficiência e efetividade no contexto institucional.

A autoavaliação será realizada anualmente, nos dois primeiros meses de cada ano, momento em que a comunidade acadêmica será mobilizada para participar, através do site da Instituição, redes sociais, e-mail, documentos internos, assim como cartazes e folders. Os resultados serão tomados como base para os diálogos com a comunidade acadêmica, bem como com os gestores, e subsidiarão tomadas de decisões que visem à qualidade do ensino.

O relatório final da CPA do Campus Belém será encaminhado à direção geral do campus e para a CPA Institucional. Nesse relatório, deverá constar uma proposta de Plano de Melhorias, seja no ambiente micro, no caso do curso, ou no ambiente macro, no caso do Campus, com prazos para execução. As ações para sanear as deficiências serão monitoradas por uma comissão, em que a CPA também será membro efetivo. E assim, nos próximos ciclos avaliativos se verificará os impactos das ações realizadas para a superação das dificuldades e aperfeiçoamento do curso.

A construção e definição dos instrumentos metodológicos a serem utilizados no processo de avaliação interna do Curso Licenciatura em História do IFPA – Campus Belém será orientado por ações que envolvem atividades desenvolvidas por uma subcomissão de Avaliação com o objetivo de acompanhamento e supervisão da Comissão Própria de Avaliação, auxiliando-a em todo o processo de avaliação interna e elaborando os Relatórios Parciais de Avaliação do Campus Belém, bem como por atividades desenvolvidas pelo NDE do curso. Estas atividades têm por objetivo

realizar anualmente um diagnóstico sobre as atividades desenvolvidas pelos docentes, avaliar a infraestrutura, bem como a autoavaliação do próprio aluno frente à sua postura no âmbito do curso.

* + 1. AVALIAÇÃO EXTERNA

Os instrumentos metodológicos a serem utilizados no processo de avaliação externa do Curso Licenciatura em História do IFPA - Campus Belém seguirá o sistema de avaliação de cursos e Instituições de Ensino Superior promovido pelo Ministério da Educação. O Departamento de Áreas Acadêmicas procura compartilhar com os alunos alguns conceitos importantes sobre avaliação, buscando esclarecer sua importância como propulsora para o desenvolvimento institucional.

O curso também é submetido ao processo de avaliação externa proposta pelo Ministério da Educação, no qual o campus se comporta de forma participativa e colaborativa. Internamente, procura articular-se com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior pela adoção de grande parte dos indicadores de referência de qualidade estabelecidos pelo SINAES. Com esta medida a Instituição busca articular- se com o padrão nacional com a pretensão de poder contribuir criticamente, pela adoção, aplicação e obtenção dos resultados e assim, sugerir as modificações necessárias à melhoria da qualidade do Curso Licenciatura em História do IFPA - Campus Belém.

* + 1. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DO CURSO

Avaliação do docente responsável pela disciplina, por parte dos discentes, da gestão do departamento de áreas acadêmicas e da Comissão Própria de Avaliação - CPA, em conformidade com o SINAES, em que, além do Relatório de Gestão Anual do IFPA e da autoavaliação, na qual constam os indicadores de desempenho operacional da gestão orçamentária e financeira e da gestão acadêmica, poderão ser utilizados outros instrumentos de pesquisa, tais como questionários, entrevistas, reuniões setoriais, palestras e seminários, que subsidiarão as análises e os relatórios de recomendações da CPA para a Instituição.

A autoavaliação também será utilizada como um dos instrumentos de gestão para a elaboração do planejamento estratégico anual e para tomada de decisão da Administração. Levantamentos de dados, análise, avaliação e organização das informações levantadas pela Comissão de Permanência e Êxito no Sistema Acadêmico, em dados do Caderno de Números, fornecidos pela CPA e ou de levantamento próprio de acordo com objetivos específicos para fomentar políticas internas e proposição de ações corretivas com vistas à permanência e êxito dos alunos, diminuindo, assim, a evasão e repetência.

O processo de avaliação, que se utiliza de todos os instrumentos citados acima, é permanente e interativo, portanto, ocorre anualmente envolvendo todas as instâncias institucionais e serão tratados de forma ética e crítica no embasamento de ações corretivas no compromisso da instituição em oferecer uma formação de qualidade.

* + 1. ENADE

O NDE utiliza o relatório final elaborado pelo INEP/MEC para avaliar o desempenho de seus estudantes, bem como dos processos de ensino realizado pela comunidade docente. Após a liberação do relatório do curso pelo INEP, o NDE realiza análise detalhada, apontando as fragilidades e forças do curso e, por fim, propõe um plano de ações a ser desenvolvido no âmbito do curso.

* + 1. AVALIAÇÃO DOS EGRESSOS

O IFPA desenvolveu Portal do Egresso e Mundo do Trabalho, no qual vem trabalhando na perspectiva de consolidar a Política de Acompanhamento de Egressos, os instrumentos para coleta de dados com objetivo de avaliar a formação do Curso Licenciatura em História do IFPA - Campus Belém, bem como promover um espaço de interação e socialização online com o objetivo de manter o vínculo entre os egressos, o IFPA e o mundo do trabalho. Assim, os dados coletados no acompanhamento ao egresso buscam contribuir para o aprimoramento de um curso que atenda à necessidade do público local e regional.

* + 1. OUVIDORIA

O IFPA possui a Ouvidoria, um órgão de assessoramento da Reitoria, responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações da comunidade interna e externa, com jurisdição em todos os campi e setores da instituição, visando à melhoria dos processos institucionais e, ao aperfeiçoamento dos processos democráticos com transparência. A atuação da ouvidoria do IFPA tem como objetivos avaliar a procedência de sugestões, reclamações e denúncias, encaminhando-as às autoridades competentes visando à melhoria do desempenho e aprimoramento dos serviços prestados. Também tem como objetivo a correção de erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços, bem como a prevenção e a correção de atos e procedimentos incompatíveis com o direito à informação e à qualidade dos serviços. Sendo assim, por meio da ouvidoria, a gestão busca tornar ainda mais democrático o atendimento ao cidadão, além de ser uma demanda inerente aos processos de avaliação institucional, a exemplo de recredenciamento institucional, reconhecimento de cursos superiores e renovação de reconhecimento de cursos superiores, a qual a Instituição é submetida e que compete ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira realizá-los.

* + 1. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

Os dados obtidos nas avaliações realizadas e descritas acima são encaminhados ao NDE do curso de Licenciatura em História para análise. A partir da análise dos dados e das discussões, o NDE elabora um plano de ação para desenvolver os pontos fracos e manter os pontos fortes. As medidas estratégicas apresentadas no plano de ações contemplam atividades que buscam desenvolver ações Pedagógicas e Acadêmicas, ações de pesquisa, extensão e da assistência estudantil, bem como ações administrativas e de apoio ao ensino, por meio do diálogo contínuo entre gestores, servidores, discentes e comunidade externa.

1. CORPO PROFISSIONAL
   1. CORPO DOCENTE

O corpo docente do Campus Belém é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFPA, regidos pelo Regime Jurídico Único e demais professores admitidos na forma da lei.

Em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, o exercício do magistério superior exige a formação do docente em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. O corpo docente da Licenciatura em História do Campus Belém é formado por 20 professores integrantes da Seção de Ciências Humanas, sendo 1 pós-doutor, 10 doutores, 7 mestres e dois especialistas. Na área de História como formação inicial, são 6 professores sendo 5 doutores e 1 especialista em fase de conclusão do mestrado. A formação em História, Filosofia e Sociologia do corpo docente garante o cumprimento da proposta interdisciplinar delineada no “perfil do egresso”.

Tabela 20 – Corpo docente da Licenciatura em História – Campus Belém

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome | CPF | Regime de Trabalh  o | Graduação | Pós- graduação | Disciplinas |
| Gustavo Henrique | 2260307086 | DE | Licenciatura | Doutorado em | História Moderna; |
| Barbosa | 0 |  | em História | História Social | História do Brasil |
|  |  |  |  | da Cultura | Colônia; História |
|  |  |  |  |  | do Brasil Império; |
|  |  |  |  |  | História da |
|  |  |  |  |  | Amazônia I; |
|  |  |  |  |  | Historiografia |
|  |  |  |  |  | Brasileira; |
|  |  |  |  |  | Metodologia da |
|  |  |  |  |  | Pesquisa em |
|  |  |  |  |  | História; História |
|  |  |  |  |  | e Patrimônio; |
|  |  |  |  |  | Informática |
|  |  |  |  |  | aplicada à |
|  |  |  |  |  | História |
| Humberto de | 2799219527 | DE | Licenciatura e | Especialista | Estágio |
| Castro Brito | 2 |  | Bacharelado | em História da | Supervisionado I; |
|  |  |  | em História | Amazônia e | Estágio |
|  |  |  |  | Educação | Supervisionado |
|  |  |  |  | Profissional - | II; História |
|  |  |  |  | PROEJA | Contemporânea; |
|  |  |  |  |  | História do Brasil |
|  |  |  |  |  | República; |
|  |  |  |  |  | Metodologia do |
|  |  |  |  |  | ensino de |
|  |  |  |  |  | História; História |
|  |  |  |  |  | Agrária do Brasil |
| Natalia Conceição | 0378157043 | DE | Licenciatura | Doutorado em | Teorias e |
| da Silva Barros | 6 |  | em História | História | metodologias da |
| Cavalcanti |  |  |  |  | História; |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | Historiografia Brasileira; Didática e Prática do Ensino; Metodologia da Pesquisa em História;  História do Brasil República; História Contemporânea; Metodologia do Ensino de História;  Práticas como componente curricular; Educação em  Direitos Humanos e Diversidades |
| Patrícia Norat Guilhon | 2786695520  4 | DE | Licenciatura e Bacharelado em História | Doutorado em Sociologia e Antropologia com ênfase em Antropologia Cultural | Antropologia Cultural; Antropologia Histórica; Antropologia da Religião; Educação para as Relações etnicorraciais; História Antiga; História Medieval; História Moderna; História da América; História do Brasil Império; e República; Teoria da História Estágios Supervisionado III; Estágio Supervisionado  IV |
| Ricardo Afonso Ferreira de Vasconcelos | 1458083920  4 | DE | Licenciatura em História | Doutorado em Tecnologia e Sociedade | História Moderna; História Contemporânea; História da Ciência e da tecnologia; Educação em Direitos Humanos  e Diversidades |
| Raimundo Nonato de Castro | 6077733822  0 | DE | Licenciatura e Bacharelado em História | Doutorado em História Social | História Antiga; História da América: colonização e resistência; História do Brasil Império; Historiografia  brasileira; |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | História da Amazônia I e II; Estágio supervisionado; Prática como componente curricular; |
| Cristiane Alves | 5748131820 | DE | Licenciatura e | Especialista | Filosofia e |
| Pereira | 4 |  | Bacharelado | em | história da |
| Damasceno |  |  | em Filosofia | Psicopedagogi | educação; |
|  |  |  |  | a | Filosofia da |
|  |  |  |  |  | História; |
|  |  |  |  |  | Estágio |
|  |  |  |  |  | supervisionado |
|  |  |  |  |  | I, II e III; PCC III – |
|  |  |  |  |  | Consciência |
|  |  |  |  |  | Histórica e |
|  |  |  |  |  | Filosofia; |
|  |  |  |  |  | Educação para |
|  |  |  |  |  | as Relações |
|  |  |  |  |  | Etnicorraciais |
| Ronaldo Luiz da | 4398425829 | DE | Licenciatura e | Mestrado em | Filosofia e |
| Silva do | 1 |  | Bacharelado | Filosofia | História da |
| Nascimento |  |  | em Filosofia |  | educação; |
|  |  |  |  |  | Filosofia da |
|  |  |  |  |  | História; Estágio |
|  |  |  |  |  | Supervisionado |
|  |  |  |  |  | I, II e III; Cultura |
|  |  |  |  |  | popular e |
|  |  |  |  |  | Sociabilidades; |
|  |  |  |  |  | PCC III – |
|  |  |  |  |  | Consciência |
|  |  |  |  |  | Histórica e |
|  |  |  |  |  | Filosofia; |
|  |  |  |  |  | Educação para |
|  |  |  |  |  | as Relações |
|  |  |  |  |  | Etnicorraciais |
| Robson Wander | 4113532621 | DE | Licenciatura | Mestrado em | Filosofia e |
| Costa Lopes | 5 |  | em Filosofia | Ciências da | História da |
|  |  |  |  | Religião | educação; |
|  |  |  |  |  | Filosofia da |
|  |  |  |  |  | História; Estágio |
|  |  |  |  |  | Supervisionado |
|  |  |  |  |  | IV, V e VI; PCC |
|  |  |  |  |  | III – Consciência |
|  |  |  |  |  | Histórica e |
|  |  |  |  |  | Filosofia |
| Haroldo de | 1924940329 | DE | Licenciatura | Doutorado em | Didática e Prática |
| Vasconcelos | 1 |  | em Filosofia | Educação | do Ensino; |
| Bentes |  |  |  | Brasileira e | Trabalho e |
|  |  |  |  | Pós-doutorado | Educação; |
|  |  |  |  | em Educação |  |
|  |  |  |  | Profissional e |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | Formação de Adultos |  |
| Francisco Assis Ribeiro Cavalcanti | 0088931048  3 | DE | Licenciatura em Filosofia | Mestrado em Educação | Filosofia e História da educação; Filosofia da História; Trabalho e educação; PCC III – Consciência Histórica e Filosofia |
| Kirla Korina dos Santos Anderson | 7087370421  5 | DE | Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais | Doutorado em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia | Cultura popular e sociabilidades; História e Relações de gêneros; Práticas Curriculares em Sociedade I: Gênero e Diversidade na  Escola |
| Jean Guilherme | 6271020623 | DE | Licenciatura e | Mestre em | Educação, mídia |
| Guimarães | 4 |  | Bacharelado | Ciência | e tecnologias |
| Bittencourt |  |  | em Ciências | Política | digitais; Cultura |
|  |  |  | Sociais |  | popular e |
|  |  |  |  |  | sociabilidades; |
|  |  |  |  |  | Trabalho e |
|  |  |  |  |  | Educação; PCC II |
|  |  |  |  |  | – Texto didático: |
|  |  |  |  |  | produção e uso; |
|  |  |  |  |  | Educação em |
|  |  |  |  |  | Direitos Humanos |
|  |  |  |  |  | e Diversidades |
| Breno Augusto | 8424378326 | DE | Licenciatura e | Mestre em | Antropologia |
| Garcia Sales | 8 |  | Bacharelado | Ciências | cultural; |
|  |  |  | em Ciências | Sociais com | Filosofia e |
|  |  |  | Sociais | ênfase em | História da |
|  |  |  |  | Antropologia | educação; |
|  |  |  |  |  | Antropologia |
|  |  |  |  |  | histórica; |
|  |  |  |  |  | História e cultura |
|  |  |  |  |  | afro-brasileira; |
|  |  |  |  |  | Práticas |
|  |  |  |  |  | Curriculares em |
|  |  |  |  |  | Sociedade; |
|  |  |  |  |  | Educação, mídias |
|  |  |  |  |  | e tecnologias |
|  |  |  |  |  | digitais; |
|  |  |  |  |  | PCC V – |
|  |  |  |  |  | Estratégias de |
|  |  |  |  |  | diálogos sobre |
|  |  |  |  |  | direitos humanos, |
|  |  |  |  |  | temáticas |
|  |  |  |  |  | socioambientais |
|  |  |  |  |  | e diversidades na |
|  |  |  |  |  | escola; |
|  |  |  |  |  | PCC IV – O |
|  |  |  |  |  | cinema como |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | recurso no ensino de história; Práticas Curriculares em Sociedade I: Gênero e Diversidade na Escola; |
| Breno Rodrigo de | 7758374425 | DE | Bacharelado | Doutorado em | Antropologia |
| Oliveira Alencar | 3 |  | em Ciências | Sociologia e | Cultural; |
|  |  |  | Sociais | Antropologia | História da |
|  |  |  |  |  | ciência e da |
|  |  |  |  |  | tecnologia; |
|  |  |  |  |  | TCC I; |
|  |  |  |  |  | TCC II; |
|  |  |  |  |  | Didática e Prática |
|  |  |  |  |  | de ensino; |
|  |  |  |  |  | Antropologia |
|  |  |  |  |  | Histórica; |
|  |  |  |  |  | Cultura popular e |
|  |  |  |  |  | sociabilidades; |
| Laura Helena | 4007526524 | DE | Licenciatura e | Mestrado em | Educação, mídia |
| Barros da Silva | 9 |  | Bacharelado | Sociologia | e tecnologias |
|  |  |  | em Ciências |  | digitais; Cultura |
|  |  |  | Sociais |  | popular e |
|  |  |  |  |  | sociabilidades; |
|  |  |  |  |  | PCC II – Texto |
|  |  |  |  |  | didático: |
|  |  |  |  |  | produção e uso; |
|  |  |  |  |  | Educação em |
|  |  |  |  |  | Direitos Humanos |
|  |  |  |  |  | e Diversidades |
| Ana Paula Palheta | 6620509320 | DE | Licenciatura e | Doutorado em | História da |
| Santana | 0 |  | Bacharelado | Ciências | Ciência e da |
|  |  |  | em Ciências | Sociais | Tecnologia; |
|  |  |  | Sociais |  | História e |
|  |  |  |  |  | Relações de |
|  |  |  |  |  | gênero; |
| Heraldo Cristo | 5739474124 | DE | Licenciatura e | Doutorado em | Educação, mídia |
| Miranda | 9 |  | Bacharelado | Ciências | e tecnologias |
|  |  |  | em Ciências | Sociais | digitais; Cultura |
|  |  |  | Sociais |  | popular e |
|  |  |  |  |  | sociabilidades; |
|  |  |  |  |  | História da |
|  |  |  |  |  | Ciência e da |
|  |  |  |  |  | Tecnologia; PCC |
|  |  |  |  |  | II – Texto |
|  |  |  |  |  | didático: |
|  |  |  |  |  | produção e uso; |
|  |  |  |  |  | Educação para |
|  |  |  |  |  | as Relações |
|  |  |  |  |  | Etnicorraciais; |
|  |  |  |  |  | Educação em |
|  |  |  |  |  | Direitos Humanos |
|  |  |  |  |  | e Diversidades |
| Ana Paula Campos | 8808025020 | DE | Licenciatura e | Mestrado em | Antropologia |
| Barra | 0 |  | Bacharelado | Ciências da | Cultural |
|  |  |  |  | Religião |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | em Ciências |  | Antropologia |
| Sociais | Histórica |
|  | Educação, mídia |
|  | e tecnologias |
|  | digitais |
|  | Cultura Popular e |
|  | sociabilidades |
|  | Antropologia da |
|  | Religião |
|  | História social da |
|  | arte |

Fonte: Seção de Ciências Humanas e suas tecnologias – 2019

Tabela 21 – Corpo docente da Licenciatura em História – Campus Belém de outras coordenações

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome | CPF | Regime de  Trabalho | Graduação | Pós-graduação | Disciplinas | |
| Camila Maiara Costa Oliveira  Prado | 77873050297 | DE | Licenciatura Em Português e Espanhol | Especialista em Estudos Linguísticos e  Análise Literária | Leitura Produção texto | e de |
| Hermínio Tavares Souza  Santos | 683.801.782-  20 | DE | Licenciatura em Pedagogia | Mestrado em Educação | Libras | |
| Adalcilena Helena Café  Duarte | 590.041.852-  91 | DE | Licenciatura em  Pedagogia | Mestrado em Educação | Teoria Currículo | do |
| Ana Patrícia de Oliveira  Fernandes | 362.529.132-00 | DE | Licenciatura em  Pedagogia | Doutorado em Educação | Psicologia da Educação | |
| Fernanda Suely Barata | 649.117.052-72 | DE | Licenciatura  em Pedagogia | Mestrado em  Desenvolvimento e Gestão | Didática  Prática Ensino | e do |

Fonte: Coordenação de Letras e Pedagogia– 2019

Para efeito de avaliação do curso, a coordenação do mesmo manterá uma pasta para cada docente, atualizada anualmente, com cópias de documento de

identificação oficial com foto, dos diplomas de graduação e pós-graduação e currículo lattes atualizado com as seguintes comprovações:

* Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (últimos 3 anos)
* Experiência na docência no ensino superior
* Experiência de docência na educação básica
* Experiência profissional no mundo do trabalho
  1. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Tabela 21 – Corpo técnico-administrativo da Licenciatura em História – Campus Belém

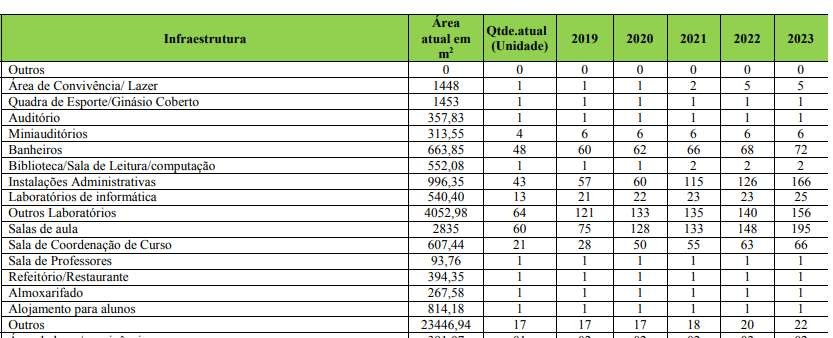
|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| NOME | CARGO | REGIME DE TRABALHO | Graduação | Pós-Graduação |
| Edina do Socorro Gomes Rodrigues | TAE | 40 horas | Licenciatura em História | Mestrado em Educação |
| Alexandre Santos da Silva | Pedagogo | 40 horas | Licenciatura em Pedagogia | Mestrado em Educação |
| Elaine Ribeiro Gomes | Pedagoga | 40 horas | Licenciatura em Pedagogia | Mestrado em Educação |
| Danielle Rodrigues Dias | TAE | 40 horas | Licenciatura em Geografia | Mestrado em Gestão de Recursos Naturais |
| Bruna Rafaella Xavier Balan | Assistente de Aluno | 40 horas | Bacharel em Direito | Não tem |
| Jefferson de Abreu Monteiro | Assistente de Aluno | 40 horas | Bacharel em  Terapia Ocupacional | Não tem |
| Sergio Yuri Almeida da Silva | Assistente de Aluno | 40 horas | Licenciado em Ciências Naturais | Especialista em Ensino de Física |
| Maria Suely da Silva Corrêa | Bibliotecária | 40 Horas | Graduação | Não tem |
| Simone Nazaré da Silva Coutinho | Bibliotecária | 40 Horas | Graduação | Não tem |
| Maria José Souza dos Santos | Bibliotecária | 40 Horas | Graduação | Pós-graduação |
| Gisela Fernanda Monteiro Danin | Bibliotecária | 40 Horas | Graduação | Não tem |
| Lilian Cristina Santos de Oliveira | Bibliotecária | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Adélia de Moraes Pinto | Bibliotecária | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Raimundo Matos Monteiro Júnior | Bibliotecário | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Claudia Portela dos Santos | Assistente Social | 40 horas | Graduação | Não tem |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Roseane do Socorro Brabo da Silva | Assistente Social | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Nilda Oliveira da Silva Souza | Pedagoga | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Claudete Rodrigues da Silva Santos | Assistente Social | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Bruna de Almeida Cruz | Psicóloga | 40 horas | Graduação |  |
| Milena Nagahama | Psicóloga | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Betânia Sena | Interprete de Libras | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Claudia Portela dos Santos | Assistente Social | 40 horas | Graduação | Não tem |
| Emanoelle  Macêdo Neri Azeredo | Assistente em Administraçã  o | 40 horas | Graduação | Não tem |

Fonte: DPAE, DQVAS e NAPNE - 2019

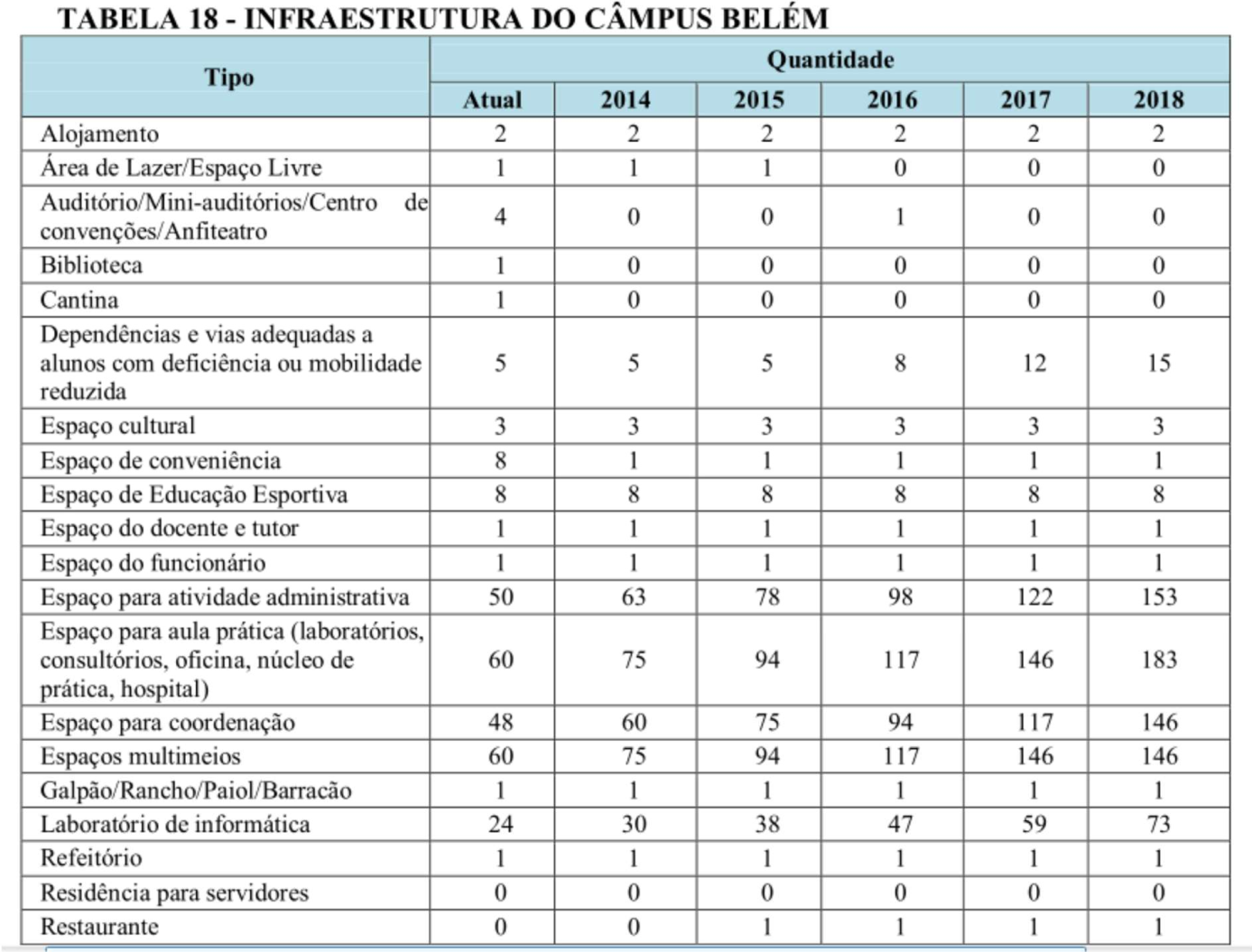
1. INFRAESTRUTURA

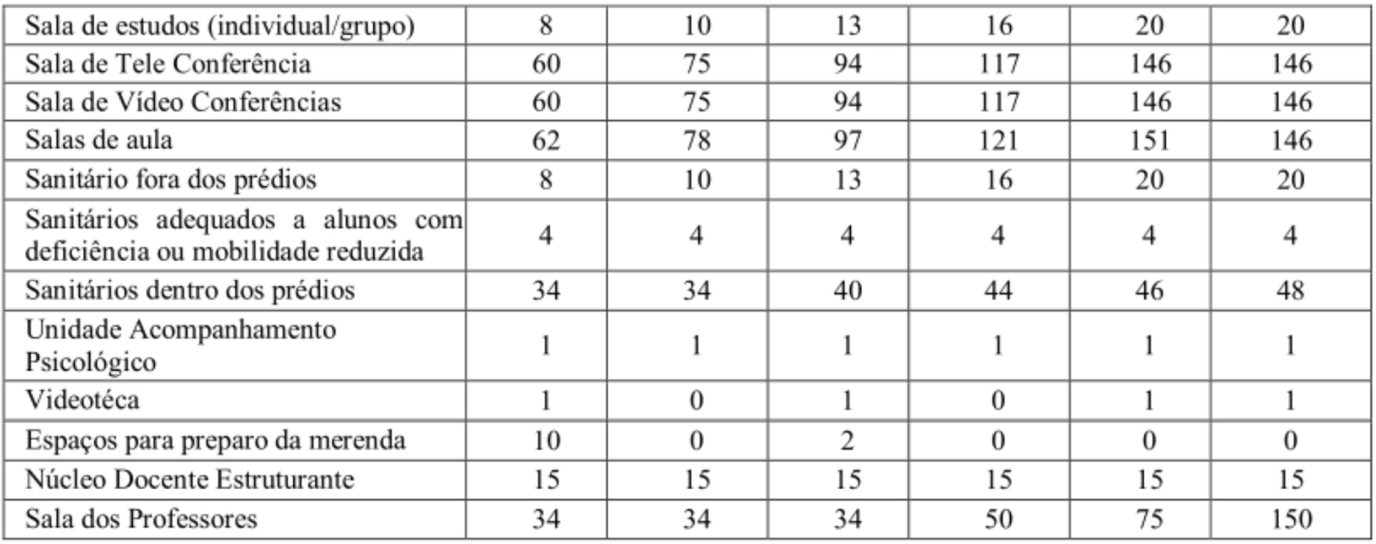
No PDI (2019-2023) do IFPA a infraestrutura física do campus Belém foi assim descrita pela gestão:



Fonte: IFPA/PDI. 2019/2023

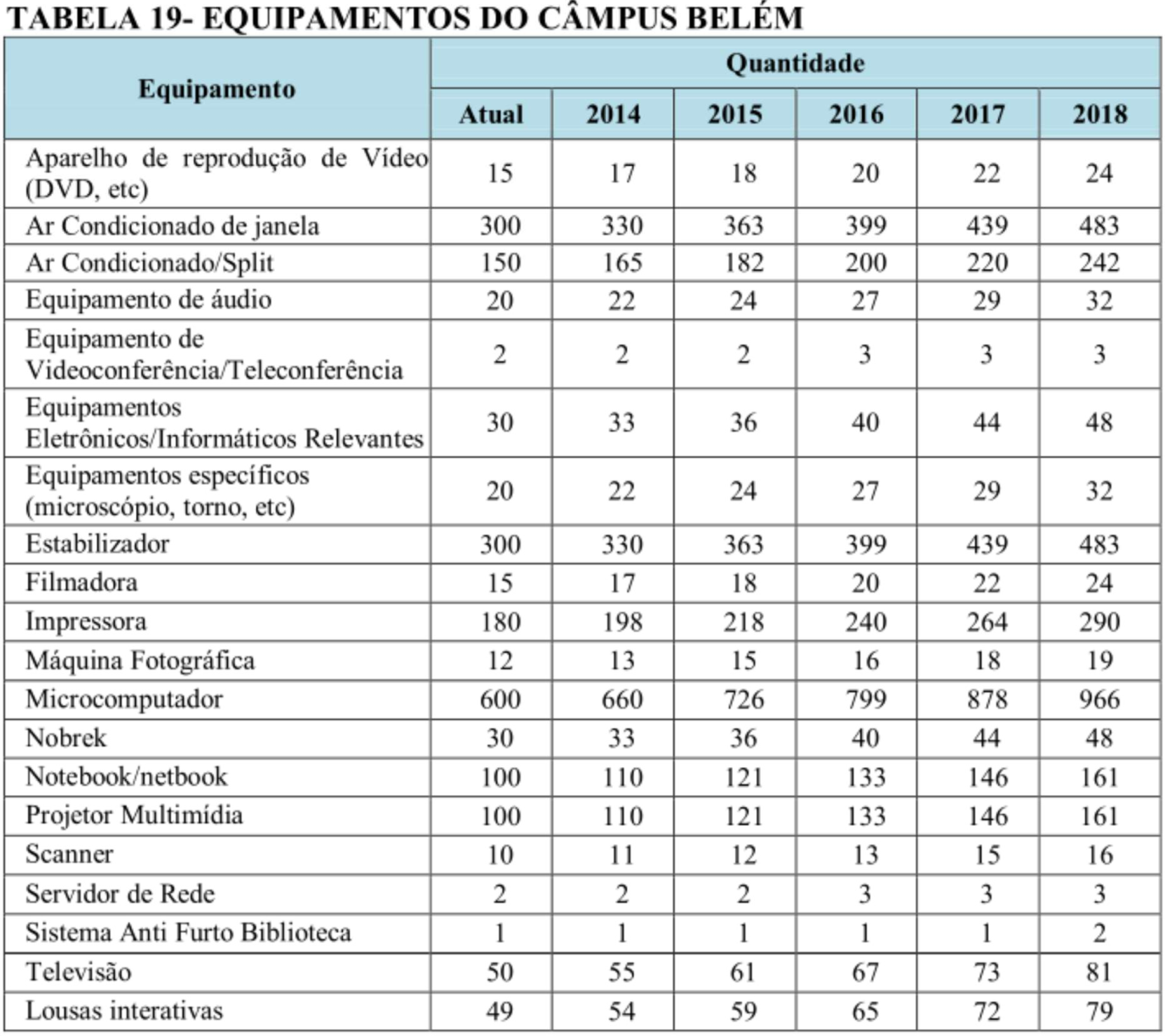
Já no PDI vigente entre 2014 e 2019 é possível acessar informações mais detalhadas sobre a infraestrutura disponível no campus Belém que reproduzimos abaixo:





Fonte: IFPA/PDI. 2014. Mimeo

Ressaltamos os itens abaixo relacionados são de uso comum e podem ter sofrido alterações tendo em vista as aquisições realizadas nos anos de 2014 e 2019.



Fonte: IFPA/PDI. 2014. Mimeo

Acessibilidade na locomoção: Segundo o PDI - 2014-2018 (2014, p. 163), o

Campus Belém possui em sua infraestrutura:

1. Banheiros, rampas de acesso, plataformas (Bloco C e E) que têm por objetivo atender às necessidades de acessibilidade de servidores, alunos ou membros da comunidade externa que se utilizem de cadeiras de rodas, muletas ou que possuam mobilidade reduzida, mesmo sem o uso de aparelhos ou próteses.
2. Reordenação de espaço, no ano de 2014, com o deslocamento das diretorias de Ensino e de Pessoal para o térreo do Bloco A fim de facilitar o acesso ao público interno e externo;
3. Em 2015 por meio de adesão a ata de registros de preços o Campus celebrou contrato com uma empresa de manutenção predial que, entre outros serviços,

deverá refazer o calçamento externo a fim de facilitar toda a locomoção nas suas dependências. Nivelamento das calçadas e adaptadas para pessoas com deficiência visual e dificuldades de mobilidade; Cobertura de Passarelas existentes com vistas à proteção em tempos chuvosos, próprios de Belém;

1. Tramita, desde 2015, junto à Secretaria de Mobilidade Urbana de Belém, um processo para a execução de projeto de calçamento externo no entorno do Campus para que a área possa ser transformada em "calçada cidadã".
   1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

O curso de Licenciatura em História contará com o espaço físico hoje ocupado pela Seção de Ciências Humanas e suas tecnologias (SCHT) do campus Belém. A sala está no bloco A, segundo andar e conta com a seguinte infraestrutura:

* + - Sala de reuniões com mesa para 10 lugares, armários e ar-condicionado;
    - Sala individual com computador para a coordenação do curso;
    - Sala com 5 computadores com internet e impressora

Este espaço será utilizado pelo corpo docente do curso e possibilita o trabalho em tempo integral para planejamento das aulas, atendimento aos alunos e orientação de pesquisas.

* 1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENADOR

O curso de Licenciatura em História conta com uma sala no Bloco A, segundo andar do Campus Belém para o trabalho do coordenador do curso. A sala conta com computador, acesso à internet, armário e impressora.

* 1. SALA DOS PROFESSORES

O campus Belém disponibiliza aos professores uma sala ampla no bloco E, primeiro andar com a seguinte infraestrutura:

* + - Mesa para reunião com 10 lugares;
    - 5 Estações de trabalho individuais com computadores e internet;
    - 6 Armários – de uso exclusivo da Seção de Ciências Humanas e suas tecnologias;
    - Sala reservado com 4 computadores interligados à internet;
    - 1 Cozinha com geladeira e micro-ondas – para o horário de almoço;
    - 2 Banheiros

A infraestrutura permite a acomodação dos professores para a socialização, descanso e atendimento aos alunos.

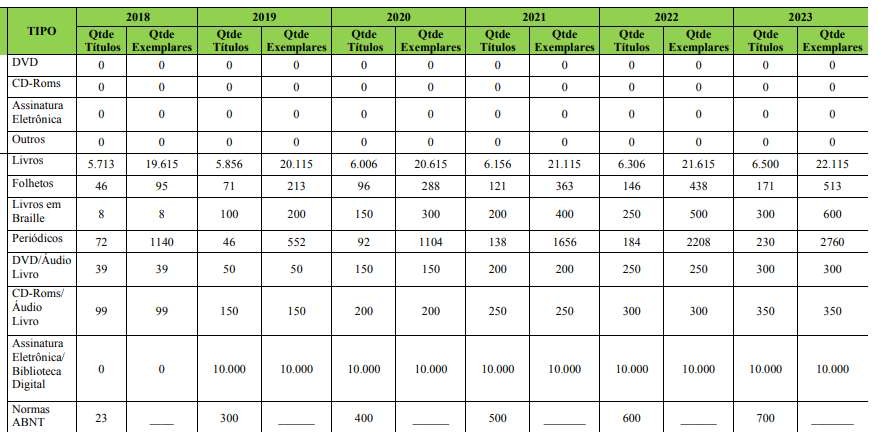
* 1. SALAS DE AULA

As aulas serão ministradas em salas do Bloco O e P. Esses blocos possuem

63 salas de aula. Inicialmente o curso funcionará no quarto andar, sendo que a primeira turma ocupará a sala 46. As salas de aula do campus Belém contam com ar condicionado e espaço para acomodação de até 40 alunos. É possível ainda o uso de tecnologias como Data show e acesso à internet.

* 1. BIBLIOTECA

O campus Belém conta com uma ampla biblioteca que acomoda os alunos em suas pesquisas e estudos. Consta no PDI vigente a totalidade de livros abaixo descrita.



Fonte: IFPA/PDI. 2019. Mimeo

* 1. ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O campus Belém disponibiliza aos alunos equipamentos de informática na Biblioteca Central e ainda nos blocos citados abaixo:

* Laboratório 1 – Atalaia (Informática) – Bloco C;
* Laboratório 2 – Paraíso (Informática) – Bloco C;
* Laboratório 3 – Algodoal (Informática) – Bloco C;
* Laboratório 4 – Água Boa (Informática) – Bloco C;
* Laboratório 5 – Caripi (Informática) – Bloco C;
* Laboratório 1 – DPAED – Bloco H;
* Laboratório 2 – DPAED – Bloco H;
* Laboratório 3 – DPAED – Bloco H;
  1. LABORATÓRIOS

O curso de Licenciatura em História deverá, a partir da sua implantação, pleitear espaço e recursos para a construção de um laboratório próprio onde poderão ser desenvolvidas as atividades de ensino e pesquisa a partir de sua especificidade. Todavia, a interdisciplinaridade é um princípio importante e deve nortear as práticas educativas do curso e compor o perfil do egresso do curso. Assim, de imediato, a Licenciatura em História deverá ter o apoio do “LIFE - Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores” implementado no final de 2013 e que integra as licenciaturas ofertadas no Campus Belém. Trata-se de um espaço de desenvolvimento de atividades interdisciplinares voltada à formação de professores. O laboratório congrega hoje as licenciaturas de Letras, Matemática, Geografia e Química e busca estimular docentes e discentes a pensar a formação de professores para além de suas fronteiras epistemológicas. No espaço são desenvolvimentos projetos de ensino interdisciplinares, apoio a ações como o PIBID, aulas e pesquisa.

Entre os objetivos do LIFE destacamos:

* Promover a interação entre diferentes cursos de formação de educadores, de modo a incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas.
* Compor e organizar o acervo bibliográfico para uso comum dos projetos envolvidos.
* Estimular a articulação entre conhecimentos, práticas e tecnologias educacionais em diferentes cursos de licenciatura.
* Permitir o aprendizado, a socialização e o desenvolvimento coletivo de práticas e metodologias, considerando o conhecimento de diferentes disciplinas.

O LIFE conta com equipamentos de informática, lousa interativa, equipamentos de áudio e vídeo, mesa de reuniões e infraestrutura para realização de aulas e outras atividades de formação. No Campus Belém está abrigado na Sala 4, do Bloco U, com funcionamento diário no horário das 8 às 12h, das 14 às 20h, de acordo com os dias e horários estabelecidos pelos professores participantes do projeto e responsáveis pelas atividades desenvolvidas na sala e pelos equipamentos.

1. DIPLOMAÇÃO

A diplomação é realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Belém, pelo Departamento de Registros e Indicadores Acadêmicos (DRIA) vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) deste Instituto.

A expedição do diploma é efetivada mediante a integralização curricular do curso pelo estudante, conforme o Art. 208 do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA de 21 de maio de 2015, a integralização curricular consiste no cumprimento com aproveitamento dos componentes curriculares obrigatórios e da carga horária dos componentes optativos, quando previstos no Plano Pedagógico de Curso (PPC), e atividades acadêmicas específicas de uma estrutura curricular definidas no PPC.

Para a obtenção do diploma de conclusão dos cursos superiores de graduação, com o título de Tecnólogo (a), Bacharel (a) ou Licenciado (a) conforme habilitação profissional, são requisitos necessários a integralização curricular de todos os componentes curriculares, incluindo o cumprimento da carga horária mínima das atividades complementares, a conclusão da prática profissional e/ou estágio curricular, definidos em PPC, assim como a defesa e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

No que se refere à diplomação dos cursos superiores de graduação deverá ser observado também à realização, pelo estudante, na condição de participante ou dispensado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), uma vez que este é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova.

Do mesmo modo, deve-se verificar se o estudante participou da Colação de Grau, pois esta se configura, como um requisito obrigatório à diplomação dos cursos superiores de graduação, considerando o que define o Art. 29 da Resolução Nº 018/2013 – CONSUP de 09 de abril de 2013 que “Após a colação de grau o formando estará apto a solicitar, via processo, sua diplomação.”

Fundamentando-se ainda nas recomendações do referido Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu Art. 370 e 371, assim como nas orientações repassadas pela CGLRIE-PROEN deste IFPA em forma de Tutorial, o estudante que solicitar a emissão de diploma deverá preencher formulário próprio, anexar cópias dos seguintes documentos, e protocolar no Campus de conclusão do curso:

1. Documentos obrigatórios para o diploma de Graduação (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado), que o estudante deverá anexar:
   1. Documento de identificação oficial;
   2. Certidão de nascimento ou casamento;
   3. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
   4. Título eleitoral com quitação eleitoral;
   5. Documento de quitação com o serviço militar (para homens com idade entre 18 e 45 anos)
   6. Comprovante de isenção de débito com a Biblioteca do Campus;
2. Documentos obrigatórios para diploma de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado que o estudante deverá anexar também:
3. Histórico Escolar e certificado de conclusão do ensino médio;
4. Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;
5. Ata de defesa do TCC;
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Manoel Martins. As Origens. Livro de memória, acervo da família do autor.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan.

/jun.2011.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de história: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

CRUZ, Marília Beatriz Azevedo. In NIKITIUK, Sônia L. (org). Repensando o ensino de História. São Paulo, Cortez, 1996, p.74.

CUNHA, M. I. da. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. Cadernos Pedagogia Universitária, USP, 2006.

DAMASCENO, José Alves. O uso das TICs nas aulas de História e estratégias para inclusão de professores. Curitiba: SEED/PR, 2009.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. A importância das novas tecnologias no ensino de História. In Universa, Brasília, nº 1, p. 125-137, fevereiro de 1999, p.135.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de & MUCELIN, Patrícia Carla. Os blogs sob o olhar do historiador. In: LIEBEL, Silva [et al.]. Possibilidades de pesquisa em História. São Paulo: Contexto, 2017. pp. 223-241.

IANNI, Otávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003. Tradução Bernardo Leitão, et al., 5ª edição.

LUZ, I. C. Rastros e Pegadas. 3ª edição. Goiânia: 2011.

MACHADO, Lucília. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. Brasília, MEC/SETEC, mimeo, 2008.

MORETTO, V. P. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PIAGET, J. A construção do real na criança. São Paulo: Ática, 2002.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: Estudos históricos, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-12.

TEDESCO, J. C. Presentación. In: OLIVEIRA, D. A. et al. Políticas educativas y territórios: modelos de articulación entre niveles de gobierno. Buenos Aires: UNESCO- IIPE, 2010.

OLIVEIRA, Marcia Ramos de; MUCELIN, Patrícia Carla. Os blogs sob o olhar do historiador. In: LIEBEL; SILVA (et al). Possibilidades de pesquisa em História. São Paulo: Contexto, 2017. pp. 223-241.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. BRASIL. LEI n.º 9394 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Diário da União, Brasília, DF, Senado, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172 (2001). Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei n º 9.795 (1999). Política Nacional de Educação Ambiental. Diário da União, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Parecer nº 492 (2001). Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, História. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Parecer nº 1363 (2001). Retificação do Parecer nº 492/2001 que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, História. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Resolução nº13 (2002). Estabelece as Diretrizes Curriculares para o Curso de História. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Resolução nº2 (2004). Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Lei n º 11. 788 (2008). Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Diário da União, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Portaria nº 3.284 (2003). Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário da União, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Resolução nº 2 (2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 02 (2015). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010.

BRASIL. Decreto Lei nº 11.892. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Publicados no Diário Oficial da União de 29 de Dezembro de 2008.

BRASIL. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-> 2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em 06 julho de 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm> > Acesso em 06 julho de 2016.

BRASIL. Resolução n. 02, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas de currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional de nível médio.

BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Nº 5.626/2.005, dispõe sobre a disciplina LIBRAS nas Licenciaturas. IFPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, Belém, 2014.

IFPA. Plano de Desenvolvimento Institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Belém, 2014-2018.

IFPA. Plano de Desenvolvimento Institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Belém, 2019-2023.

IFPA. Regulamento didático-pedagógico do Desenvolvimento do Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Belém, revisado em 2015.

IFPA. Resolução CONSUP nº 005 (2019). Estabelece os procedimentos a serem adotados para criação, para elaboração e atualização de Projeto Pedagógico de Curso (...) do IFPA.

IFPA. Resolução CONSUP nº 398 (2017). Estabelece a Política Institucional e atualiza as diretrizes e os procedimentos para organização de estágio para os alunos da educação profissional, científica e tecnológica do IFPA (...).

IFPA. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFPA – 2015-2020. Belém: IFPA/Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPA, 2015.

IFPA. Projeto Político Pedagógico do Campus Belém atualizado em 2015.

IFPA. Resolução CONSUP nº 148 (2016). Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

IFPA. Resolução CONSUP nº 397 (2017). Dispõe sobre as Diretrizes para inclusão das atividades de extensão dos currículos dos cursos de graduação do IFPA.

IFPA. Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em História. Campus Conceição do Araguaia (2018).

IFPA. Projeto Pedagógico de Curso de Curso da Licenciatura em Pedagogia. Campus Belém (2017).

IFPA. Instrução Normativa PROEN no. 02 (2019). Instruir sobre os fluxos e procedimentos para aproveitamento da carga horária de atividades realizadas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e no Programa de Residência Pedagógica (...).

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - EMENTÁRIO

Descrição e ementário das disciplinas obrigatórias e optativas do curso de Licenciatura em História do IFPA-Campus Belém

DISCIPLINAS DO 1º PERÍODO

Disciplina: Leitura e produção de texto

Período: 1º

Carga Horária Total: 50 h

Ementa: Leitura semiótica e produção de textos. Análise e interpretação de textos diversos. Uso da linguagem formal/científica na produção de textos Identificação e aplicação de estratégias de leitura e de produção textual; caracterização e produção de textos expositivos e explicativos escritos; emprego de estratégias de redução de informação: esquemas, resumos, fichamentos e resenhas; identificação e aplicação de elementos de coesão e coerência textuais; redação técnica e científica. Caracterização do trabalho científico. Normas de apresentação dos trabalhos científicos, tendo por referência as normatizações definidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. M., HENRIQUES, A. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de Texto para estudantes universitários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 17. Ed. São Paulo: Ática, 2008.

Bibliografia Complementar:

ABREU, A. S., curso de redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 2004.

BELTRÃO, O; BELTRÃO, M. Correspondência: linguagem & comunicação. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de textos. Saraiva: São Paulo, 2008.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Disciplina: Teorias e Metodologias da História I

Período: 1º

Carga Horária: 60

Ementa: Definição e delimitação do campo epistemológico de uma teoria da história. Tarefa e função da Teoria da História para a profissionalização do historiador. As especificidades dos campos da teoria e da filosofia da História. Natureza e fundamento do conhecimento histórico. Teoria e historiografia: as definições dos paradigmas históricos e de seus métodos. A historicização de um conceito: a história magistra vitae e o conceito moderno de História. Tempo histórico sob diferentes perspectivas. História, realidade e conhecimento.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D’Assunção. Teoria da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Vols. I, II, III, IV e V).

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CADIOU, François et al. Como se faz a História. Historiografia, método e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

COLLINGWOOD, R. G. A ideia de história. Lisboa: Presença, 1978.

SALOMN, Marlon (Org.). História, verdade e tempo. Chapecó, SC: Argos, 2011. MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). A História pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, José Carlos. Teoria e História. Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012

RÜSEN, Jörn. Razão história. Brasília: UnB, 2000.

Disciplina: História Antiga

Período: 1º

Carga Horária: 80 h

Ementa: Processo de hominização. Paleolítico. Neolítico. Revolução agrícola. A historiografia sobre a Antiguidade Oriental. Egito e Mesopotâmia: cultura, sociedade e economia. O conceito de Antiguidade Clássica: historiografia e documentação. Oralidade e escrita, trocas comerciais e impactos ambientais no Mediterrâneo Antigo. A Grécia Arcaica: formação da polis, stasis, expansão territorial e tirania. A Grécia Clássica: relações de gênero, poder, sociedade e instituições políticas a partir do modelo de Atenas e de Esparta. As origens de Roma. A realeza e sua estrutura político-social. A Res Pública: instituições políticas, conflitos sociais, expansão romana e crise no sistema republicano. A Civita romana e suas transformações. O Principado: cultura, economia, estrutura política, e relações sociais. O colapso do Império Romano. Sociedade, política e cultura na Antiguidade Tardia. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino sobre o mundo antigo; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino. Oficina de práticas de ensino de história antiga através de atividades de extensão desenvolvida junto aos professores da educação básica.

Bibliografia Básica:

FINLEY, M. Aspectos da Antiguidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KNEALE, Matthew. Roma: uma história em sete invasões. São Paulo: Vestígio, 2018.

LÉVÊQUE, P. (org.). As primeiras civilizações: da Idade da Pedra aos Povos Semitas. Lisboa: Edições Setenta, 2009.

Bibliografia Complementar:

ALFÖLDY, Géza. História Social de Roma. Lisboa: Presença, 1989. CARDOSO, Ciro Flamarion. O Egito Antigo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DUBY, Georges & ARIES, Philipe. A História da Vida Privada: Império romano ao ano mil. Vol. 2 São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História Antiga. São Paulo: Contexto, 2013.

VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento Grego. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Disciplina: Filosofia e História da Educação

Período: 1º

Carga Horária: 60

Ementa: Concepção e importância da Filosofia e história da educação para a formação docente. Fazendo retrospectiva histórica da educação: antiguidade a contemporaneidade, percebendo que o processo histórico na educação produz teorias e estas moldam a história.

Bibliografia Básica:

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 2000.

EBY, Frederick. História da educação moderna. Porto Alegre: 1978, 5a ed.

Bibliografia Complementar:

JAEGER, J Paidéia- A formação do Homem Grego. São Paolo, Martins, Fontes, 2003.

KANT, Immanuel. Sobre a pedagogia. Trad. João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 2012

ROUSSEAU, J-J. Emílio, ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1995. MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995

ROMANELLI, Otaíza O. História da Educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis: Vozes, 1997.

Disciplina: Trabalho e Educação

Período: 1º (Optativa I)

Carga Horária: 30 h

Ementa: Trabalho como uma construção histórico-cultural. O trabalho como elemento de transformação na vida do homem. A relação trabalho-educação. A revolução científica e tecnológica: o mundo globalizado em foco. A relação entre trabalho e cultura.

Bibliografia Básica:

KUPSTAS, Márcia. (Org.) Educação em debate. São Paulo: Moderna, 1998.

. Trabalho em debate. São Paulo: Moderna, 1997.

. Ciência e Tecnologia em debate. São Paulo: Moderna, 1998.

Bibliografia Complementar:

LEITE, Márcia de Paula. Trabalho e sociedade em transformação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARQUES, Ademar (org.). História Contemporânea através de textos. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Disciplina: Educação, Mídias e Tecnologias digitais

Período: 1º (Optativa I)

Carga Horária: 30 h

Ementa: Fundamentos teórico-metodológicos das relações entre as tecnologias e a educação. Processos formativos mediados pelas tecnologias digitais. Educação em rede, mídias e formação de professores.

Bibliografia Básica:

BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação? Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R. (Org.). Didática e escola em uma sociedade complexa. 1ª ed., Goiânia: CEPED, Editora da PUC-Goiás, 2011.

PRETTO, Nelson De Lucca (Org.). Tecnologia e novas educações. Salvador: EDUFBA, 2005.

Bibliografia Complementar:

FILÉ, V. (Org.). Escola e tecnologia: máquinas, sujeito e conexões culturais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Roselle, 2011.

LIBÂNEO, José C. e Santos, Akiko. Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas (SP): Alínea, 2005.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T. & BEHRENS, Marilda Aparecida.

Novas Tecnologias e a Mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2003. SETTON, M. da G. Mídia e Educação. São Paulo: Contexto. 2011.

SILVEIRA, S. A. da Exclusão Digital: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, 48 p.

Disciplina: Prática como Componente Curricular I - PCC I – Estratégias de Ensino de História Local e Regional

Período: 1º

Carga Horária: 50 h

Ementa: Histórias de vida e histórias locais. História e memória: metodologia da história oral. História Local e Regional e ensino de História. Produção educacional.

Bibliografia Básica:

ARROYO, Miguel. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2010. THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Bibliografia Complementar

AUDRIN, Frei José Maria. Entre índios e sertanejos do Norte. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1946.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

IANNI, Otávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

RECKZIEGEL, A. L. S. História regional: dimensões teórico conceituais. História Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999. 1, p. 15-22, jun.

1999.

DISCIPLINAS DO 2º PERÍODO

Disciplina: Teorias e Metodologias da História II

Período: 2º

Carga horária: 60

Ementa: A historicidade do conceito de documento: do documento verdade ao documento monumento. As formas de abordagem do documento histórico: documento como informação e como representação. A crítica das fontes. As transformações

historiográficas: novos objetos, novas fontes e novas abordagens. Variações de escalas: desafios do macro e do micro história. As diferentes abordagens metodológicas do campo histórico: história oral, história quantitativa, história serial, micro história, dentre outras. Arquivos: problemas políticos e epistêmicos. A construção do saber histórico e das novas tecnologias.

Bibliografia Básica:

BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Unesp, 2001.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2007.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Brasília: EdUnb, 1982.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

DUBY, Georges. A história continua. Trad. Porto: Asa, 1992.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História, metodologia, memória. São Paulo: Contexto, 2010.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência da história. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.

Disciplina: História Medieval

Período: 2º

Carga Horária: 80 h

Ementa: O conceito de Idade Média: historiografia e periodização. Reflexões em torno do conceito de Feudalismo. A transição Antiguidade/Idade Média: o colapso do Império Romano e as invasões bárbaras. O Império Carolíngio e a Cristandade Ocidental. A mulher e a família na Idade Média. Produção agrícola, urbanização e meio ambiente. Aspectos culturais: a literatura (poesia e a novela de cavalaria). A crise do século XIV: a peste negra, o banditismo rural e as cruzadas. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino sobre o mundo medieval; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino. Oficina de práticas de ensino

de história medieval através de atividades de extensão desenvolvida junto aos professores da educação básica.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, P. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1982.

BLOCH, M.A Sociedade Feudal. São Paulo: EDIPRO, 2016.

LE GOFF, J. A civilização do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2005.

Bibliografia Complementar:

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). História da Vida Privada II: da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUBY, Georges. Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval. Vol. 1, Lisboa: Ed. 70, 1987.

FRANCO JÚNIOR, H.A Idade Média: Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense,1992.

LE GOFF, J. Para um novo conceito de Idade Média: tempo trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. História da Idade Média: textos e testemunhas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Disciplina: Antropologia Cultural

Período: 2º

Carga Horária: 50

Ementa: A construção do saber antropológico. Metodologias do trabalho de campo. Cultura e identidade. Antropologia e Amazônia. Temas em Antropologia. Bibliografia Básica:

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do Antropólogo. São Paulo: UNESP/Brasília: Paralelo 15, 1998.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Carlos. Identidade e Etnia. Construção da Pessoa e Resistência Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1968.

KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC. 2002.

LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. Antropologia. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1986.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. Belo horizonte: Itatiaia, 1998.p.193-216.

Disciplina: Libras

Período: 2°

Carga Horária: 50 h

Ementa: Introdução à Linguagem Brasileira de Sinais; educação de surdos no Brasil. Estudo da Língua Brasileira de Sinais (Libras): alfabeto digital, parâmetros linguísticos, relações pronominais e verbais. Estudos discursivos em Libras. A língua em seu funcionamento nos diversos contextos sociais.

Bibliografia Básica:

CAPPOVILLA, Fernando César. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. São Paulo: Edusp, 2001.

FELIPE, Tanya. Políticas públicas para a inserção da LIBRAS na educação de surdos. In: Espaço. Rio de Janeiro: INES, 2006.

SACKS, Oliver W. 1993. Vendo Vozes: Uma Viagem ao Mundo dos Surdos/Oliver Sacks; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de língua de Sinais. Rio de Janeiro. Tempo Presente, 1995.

CAPOVILLA, Fernando e DUARTE, Walquíria. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Volumes de A-L e M-Z. Universidade de São Paulo. SP. 2001.

QUADROS, Ronice M (Org.). Estudos surdos I. Petrópolis: Arara Azul, 2007. SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice M. e KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Disciplina: Filosofia da História

Período: 2º

Carga Horária: 60

Ementa: Refletir, discutir e produzir academicamente sobre o desenvolvimento histórico como fruto da razão, que em sua perpétua incompletude se mostra nas particularidades do pensamento contemporâneo. Os conceitos de história da razão e razão na história se mesclam como processo dialético e efeitual. A filosofia da história é tarefa da razão sobre seu próprio fazer história no mundo.

Bibliografia Básica:

KANT, Immanuel. Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. São Paulo: Brasiliense S.A, 1986.

HEGEL. Filosofia da História. Brasília, Editora da UNB, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. Segunda Consideração Intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2003 Bibliografia Complementar:

VOLTAIRE. A filosofia da história. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDERSON, Perry. O fim da história: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000

KANT, Immanuel, À Paz Perpétua. Porto Alegre: L&PM editores, 1989

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Disciplina: História e Patrimônio

Período: 2º (Optativa II)

Carga Horária: 30

Ementa: Introduzir o tema do patrimônio, percorrendo suas definições pretéritas e contemporâneas. Desenvolver o tema da relação entre História e Patrimônio a partir de experiências recentes, particularmente àquelas relativas a definições múltiplas de patrimônio: cultural, linguístico e genético, entre outros.

Bibliografia Básica:

FONSECA, M. Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In. M. Chagas e R. Abreu (Org.). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2002.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. M. Chagas e R. Abreu (Org..). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

BALL, Christopher. Fazendo das línguas objetos: línguas em perigo de extinção e diversidade cultural. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2005, n. 32. FRANCHETTO, Bruna. Línguas em perigo e línguas como patrimônio imaterial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2005, n. 32.

KERSTEN, Márcia. Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba, Editora da UFPR, 2000.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Mana, 12 (1), 237-238, 2006.

Disciplina: O museu nos estudos de história

Período: 2º (Optativa II)

Carga Horária: 30 h

Ementa: A historicidade do espaço museológico. As relações entre museu e construção do conhecimento histórico. O museu como espaço educativo. A fundamentação histórica do ato expositivo.

Bibliografia Básica:

ABREU, Regina. Memória, história e coleção. Anais do Museu Histórico Nacional, 28 (1996), pp. 37-64.

CARR, Edward H. O que é História? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CASTRO, Adler H. Do troféu de guerra ao copo de geleia: a dessacralização do acervo dos "templos de memória". In: Anais do Museu Histórico Nacional, vol. 29 (1997), pp. 247- 262.

Bibliografia Complementar:

GODOY, Solange. CHAGAS, Mário. Patrimônio cultural e cidadania: as representações de memória nos museus. In: Anais do Museu Histórico Nacional, vol. 28 (1996), pp. 105-114.

. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. In: Anais do Museu Histórico Nacional, 27 (1995), pp. 31- 59.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B.; VIDAL, D. (Org.) Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2005, pp. 15-84. NEVES, Guilherme Pereira das. Nação, história e cultura no Brasil: um ensaio de reflexão desencantada, para uso, talvez, das instituições de patrimônio. Anais do Museu Histórico Nacional, 28 (1996), pp. 91-104.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos Santos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Disciplina: Cultura popular e sociabilidades

Período: 2º (Optativa II)

Carga Horária: 30 h

Ementa: Conceito de cultura popular: histórico, debates, revisões. Dinâmicas de produção cultural popular. Circularidade da cultura popular. Culturas populares e redes de sociabilidade em jogos, festas, etc.

Bibliografia Básica:

CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, voI. 8, nº 16, 1995, p. 179-192.

BURKE, P. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1993.

Bibliografia Complementar:

MAGNANI, José Guilherme C. Festa no Pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Reconhecimentos: Antropologia, folclore e cultura popular. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. p. 72-147.

CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 2006 CARVALHO, José Jorge de. “Espetacularização" e "canibalização" das culturas populares na América Latina. Revista Anthropológicas. 2010, vol. 21 (1): pp. 39 -

76. (Disponível Online).

Disciplina: Prática como Componente Curricular II - PCC II – Texto didático: produção e uso

Período: 2º

Carga Horária: 50 h

Ementa: Análise e uso de livros didáticos de História. Transposição didática de textos historiográficos. Procedimentos de avaliação.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, C. M. F. Livro Didático e saber escolar 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de.; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007.

ZAMBONI, E.; SANTORO, C. H. O que sabemos sobre o Livro Didático. Campinas: UNICAMP, 1989.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, Selva. Guimarães. Prática e Didática de História. Campinas: Ed. Papirus, 1993.

. Caminhos da História ensinada. Campinas: Papirus, 1994.

KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo. Cortez, 2005.

DISCIPLINAS DO 3º PERÍODO

Disciplina: História moderna

Período: 3º

Carga Horária: 80 h

Ementa: Estuda os conceitos, sentidos e significados da modernidade, o renascimento e o humanismo. Análise do processo de formação das nacionalidades modernas, o Absolutismo “clássico” na França e Inglaterra, o Absolutismo Ibérico, assim como as Teorias do Estado Moderno; a era das revoluções burguesas e a mundialização dos ideais revolucionários; assim como analisar as abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino de História sobre o mundo moderno. Oficina de práticas de ensino de história moderna através de atividades de extensão desenvolvida junto aos professores da educação básica.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Perry. O Estado Absolutista no Ocidente. Classe e Estado: Problema de Periodização. In: Linhagens do Estado Absoluto. SP, Brasiliense, 1989.

DELUMEAU, J. Renascimento e Antiguidade. In: A Civilização do Renascimento. Vol. I, Lisboa: Estampa, 1984, p. 85-119.

ELIAS, Nobert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Bibliografia Complementar:

DARNTON, Robert. Boemia literária e revolução. O submundo das letras no Antigo regime, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HANNABH, Arendt. Da revolução. São Paulo: Ática/UnB, 1988.

HESPANHA, Antônio M. História de Portugal. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998.

HILL, Cristhofer. Os pobres e o povo da Inglaterra no século XVII. In Frederick Krantz. A outra História. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

TOURAINE, Alain. Apresentação Crítica da Modernidade. Petrópolis, Vozes, 1995.

Disciplina: História da América: colonização e resistência

Período: 3º

Carga Horária: 80 h

Ementa: Estudo histórico e historiográfico relativo aos povos das Américas. O encontro/confronto de culturas entre Europa e América. O estabelecimento do sistema colonial e das relações sociais nas Américas. As paisagens naturais e o processo de colonização. As instituições coloniais e relações sociopolíticas. As especificidades da colonização inglesa. Cultura e resistência nas sociedades coloniais e o seu lugar no processo de desenvolvimento das relações capitalistas. Os processos de independência das colônias hispânicas e anglo-saxã; os projetos de construção das nacionalidades latino-americanas e nos Estados Unidos; a consolidação dos Estados Nacionais e a problemática da modernização no século XIX; relações entre as esferas políticas, econômicas, culturais e sociais no contexto de produção das identidades e das culturas latino americanas e norte-americanas; sociedade, cultura e natureza nas Américas no decurso do século XIX. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino sobre a história da América; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino. Oficina de práticas de ensino de história da América através de atividades de extensão desenvolvida junto aos professores da educação básica.

Bibliografia Básica:

BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: a América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 1998.

GRUZINSKI, Serge. Colonização do Imaginário - sociedades indígenas e ocidentalização do México espanhol. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Brasiliense, 2003. KAPLAN, Marcos T. Formação do Estado Nacional na América Latina. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Jaime (Org.). Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico. Brasília: ANPHLAC, 1998.

BOSCH, Aurora. História de Estados Unidos (1776-1945). Barcelona: Crítica, 2005. CHAUNU, Pierre. A América e as Américas. Lisboa/Rio de Janeiro: Cosmos, 1969. MALERBA, Jurandir. A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MALERBA, Jurandir. A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Disciplina: História da África

Período: 3º

Carga horária: 60 h

Ementa: Procura identificar e analisar os preconceitos e as lacunas do conhecimento sobre o continente africano; evidenciar as múltiplas especificidades da África, da ― pré-história a chegada dos portugueses no século XV, dando especial atenção: à história da ancestralidade e religiosidade africana; aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, Gana, Songai e do Zimbabwe; a expansão do Islã; as rotas de comércio no Saara e a experiência traumática do contato inicial com os europeus. Trata da organização política, social e cultural da África, do século XVI aos dias atuais; a formação histórica e geográfica dos povos africanos antes da divisão da África, salientando a importância da variedade das culturas ― pré-coloniais‖ para repensar os projetos nacionalistas dos movimentos de independência; a ocupação colonial na perspectiva dos africanos; as lutas pela independência política dos países africanos; as ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel das principais lideranças negras na luta pela independência ou contra o regime do apartheid sul-africano. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino sobre a história da África; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino. Oficina de produção de material didático sobre a história da África através de atividades de extensão desenvolvida junto aos professores da educação básica.

Bibliografia Básica:

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

KI-ZERBO, Joseph (org.). História Geral da África, vol. I a VIII. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982.

OLIVER, Roland. A experiência africana da pré-história aos dias atuais. Rio de Janeiro. Zahar. 1994.

Bibliografia complementar

BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 2004. GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Rio de Janeiro, UCAM, editora 34, 2001.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVA, Alberto da Costa. A Manilha e o Libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002.

THORTON, John. A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400- 1800. Rio de Janeiro, Campus, 2003.

Disciplina: Antropologia Histórica

Período: 3º

Carga horária: 50 h

Ementa: Analisar os conceitos de Raça, identidade e etnicidade no contexto global. Teorias raciais e panorama histórico do debate. Raça e pensamento racial brasileiro. As teses do branqueamento e a democracia racial. A sociologia das relações raciais. Abordagens antropológicas da raça, identidade e etnicidade. A questão racial e os movimentos étnicos no Brasil.

Bibliografia básica:

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 49 ed. São Paulo: Global, 2004. RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

VIANA, Oliveira. Raça e Assimilação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

Bibliografia complementar:

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FERREIRA, Ricardo Fraklin. Afrodescendente: identidade em construção. São Paulo: EDUC. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Negro sobre Negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997 (mimeo).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

Disciplina: Teoria de Currículo

Período: 3º

Carga horária: 60

Ementa: A produção histórica do currículo. Concepções contemporâneas de currículo. Elementos integradores do currículo. Contribuições do currículo na formação docente. Currículo e educação profissional. Produção de habilidades e competências na educação profissional e tecnológica. Análise avaliativa dos planos de cursos, programas e projetos pedagógicos e experiências curriculares.

Bibliografia Básica:

ARROYO, Miguel Gonzalez. Secretaria de Educação Básica (Org.). Os educandos, seus Direitos e o Currículo: Documento em versão preliminar. 2006.

GOODSON, Ivor F. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes. 1995 MACEDO, Elizabeth, LOPES, Alice C. Teoria do currículo. São Paulo: Cortez, 2011. Bibliografia Complementar:

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. 3ª ed. Porto Alegre: Arted, 2006. GARCIA, Regina Leite & MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). Currículo na contemporaneidade - incertezas e desafios: Cortez Editora, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio B. Currículos e programas no Brasil. 13. ed. Campinas: Papirus, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo. Uma reflexão sobre a prática. Porto alegre, ArtMed, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomas Tadeu. (Org.). Alienígenas na sala de aula. Uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 159-177.

Disciplina: Informática aplicada à história

Período: 3º

Carga Horária: 50 h

Ementa: Ciência da informática e suas tecnologias. Fundamentos científicos e aplicação da informática no curso de História. A informática como instrumento do ensino de História. Linguagem comunicacional e aprendizagem utilizando a informática. Práticas pedagógicas em laboratório de informática. As tecnologias utilizadas na pesquisa e no ensino da História. A Preservação da História.

Bibliografia Básica:

CAPRON, H. L; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. 13ª ed. Campinas: Papirus, 2013.

TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na Educação – Novas Ferramentas Pedagógicas para o Professor na Atualidade. 9ª ed. São Paulo: Érica, 2012.

Bibliografia Complementar:

FRANCO, Sergio Roberto Kieling. Informática na Educação – Estudos interdisciplinares. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MATTAR, João. Games em Educação – Como os nativos digitais aprendem. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2009.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Informática e Educação inclusiva: Discutindo Limites e Possibilidades. 1ª ed. Santa Maria: UFSM, 2006.

ALMEIDA, Fernando Jose de. Computador, Escola e Vida – Aprendizagem e tecnologias dirigidas ao conhecimento. 1ª ed. São Paulo: Cubzac, 2007.

SILVA, Mário Gomes da. Informática – Terminologia Básica. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2010.

Disciplina: Prática como Componente Curricular - PCC III – Consciência histórica e Filosofia

Período: 3º

Carga Horária: 50 h

Ementa: O saber acadêmico e a escola. Didática da História. Função social da disciplina história. O ensino de História e a memória nacional. Relações entre História e Memória na escola. Consciência histórica, temporalidade e ensino. Aspectos filosóficos do saber histórico.

Bibliografia Básica

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. São Paulo. Revista Brasileira de História, v.9, n. 19, p. 29 – 42, set 89/fev. 90.

RÜSEN, Jörn. História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

Bibliografia Complementar

ARIËS, Phillipe. O tempo da história. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BANN, Stephen. As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

FERRO, Marc. A História vigiada. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GADAMER, Hans-Georg. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: FRUCHON, Pierre (org.) O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HELLER, Agnes. Uma teoria da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993

DISCIPLINAS DO 4º PERÍODO

Disciplina: História do Brasil Colônia

Período: 4º

Carga Horária: 80 h

Ementa: Análise do período a luz da produção historiográfica clássica e contemporânea. O sistema colonial atlântico. Estudo do processo de formação da sociedade brasileira no contexto do desenvolvimento do capitalismo. A expansão colonizadora portuguesa no território brasileiro e seus impactos no meio ambiente. O espaço público e privado na sociedade colonial. Trabalho e trabalhadores na sociedade colonial. Escravidão e resistência. Colonização e povos indígenas. Revoltas anticoloniais. Vida material e religiosidade popular. Sedução e liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas. Oficina de práticas de ensino de história do Brasil colonial a partir de análise de fontes documentais e visuais junto aos professores da educação básica, através de atividades de extensão.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA. Laura de Mello. Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século

XVII. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2000.

SCHWARTZ. Stuart B. Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

Bibliografia Complementar:

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999. NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MELO E SOUZA, Laura (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

RAMINELLI, Ronald. Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Disciplina: História da Amazônia I

Período: 4º

Carga Horária: 60 h

Ementa: Historiografia da Amazônia nos séculos XVII e XVIII até meados do XIX. Análise das diversas formas de explicação dos processos de ocupação e conquista da região. Discussão acerca dos processos de interação entre as sociedades indígenas, europeias e africanas. Reconhecimento da formação da Amazônia a partir de três temas: ordens religiosas, administração pombalina e Cabanagem: ocupação, trabalho e religião. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas.

Bibliografia Básica:

CRUZ, E. História de Belém. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992. SALLES, Vicente. O negro no Pará sob o regime da escravidão. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Ed. Fac-sim. Belém: Secult, 1999. BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra no Grão-Pará. Séculos XVIII e XIX, Belém: Paka-Tatu, 2001.

BOXER, Charles. A igreja e a expansão ibérica (1440 -1770). Lisboa: Edições 70, 1978.

LAPA, José Roberto do Amaral. Livro da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará (1763-1769). Petrópolis: Vozes, 1978.

COELHO, Mauro Cezar e QUEIROZ, Jonas Marçal de (Org.). Amazônia, modernização e conflito - séculos XVIII e XIX. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

Disciplina: História Indígena e indigenismo

Período: 4º

Carga Horária: 60 h

Ementa: Discutir o caráter introdutório sobre a história indígena. Debate historiográfico sobre a temática. Aspectos da História, Antropologia Social e Teoria Literária e suas contribuições acerca compreensão da história do índio e do indigenismo. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino sobre os grupos indígenas; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino através de atividades de extensão junto aos professores da educação básica.

Bibliografia Básica:

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/Cia das Letras, 1992.

DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000.

MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas: Tese de Livre Docência/UNICAMP, 2001.

Bibliografia Complementar:

GARFIELD, Seth. A luta indígena no coração do Brasil. São Paulo: EdUNESP, 2011.

HEMMING, John. Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

PORRO, Antônio. As crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etnohistóricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. A temática indígena na escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII). Manaus: Editora Valer, 2009.

Disciplina: Psicologia da educação e da aprendizagem

Período: 4º

Carga Horária: 60 h

Ementa: Breve história da psicologia e seus métodos de investigação: desdobramentos atuais. Diferentes paradigmas e concepções epistemológicas do campo da psicologia. O desenvolvimento humano nos seus aspectos afetivos, cognitivos, sociais e morais. Atuação da psicologia na interface com outros campos disciplinares. Reflexões ético políticas da prática psi no contexto atual. Compreensão do processo do desenvolvimento humano em suas dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora e social, com as consequentes implicações para a educação; e compreensão do processo da aprendizagem e suas contribuições para o ensino. Psicologia do Desenvolvimento: Visão histórica. Desenvolvimento humano: conceitos e princípios fundamentais em diversas teorias do desenvolvimento da criança, sem fechar a perspectiva de compreensão da adolescência e da fase adulta, tendo em vista o ser humano na sua totalidade. Psicologia da Aprendizagem: Conceitos fundamentais e princípios nas diversas correntes de aprendizagem e suas contribuições para a Educação Escolar: Behaviorismo, Gestalt, Humanismo, Psicanálise e Cognitivismo. As teorias de aprendizagem no processo educativo escolar: contribuição para a definição da postura do professor; e para a identificação e explicação de dificuldades de aprendizagem. Psicopedagogia: histórico, conceito, objeto de estudo, fundamentação teórica e modalidades de atuação: clínica e preventiva. Problemas sociais na ótica da Psicologia: teorias de aprendizagem e o papel da escola na sociedade, suas relações com a família e com a comunidade, para a compreensão do fracasso escolar e sua possível prevenção.

Bibliografia Básica:

AZZI, R. G. GIANFALDONI, M.H.T.A (Org.). Psicologia e Educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

BOCK, A. M. M. FURTADO, O. TEIXEIRA, M. L T. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MANCEBO, D; JACÓ-VILELA. (Org.) Psicologia social: Abordagens Sócio Históricas e Desafios Contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. Bibliografia Complementar:

TAYLLE, Y. (Org.) Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus, 1992.

ALVES, R. E. Escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. Campinas, SP: Papirus, 2001.

JOBIM e SOUZA, S. (Org.). Subjetividade em questão: A infância como Crítica da Cultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

LEITE, S. A. S. (Org.). Afetividade e Práticas pedagógicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento – Um Processo Sócio Histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

Disciplina: Educação em Direitos Humanos e Diversidades

Período: 4º

Carga Horária: 30 h

Ementa: 1. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. 2. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. 3. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. 4. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos. 5. Educação em direitos humanos, diversidade, cidadania e as práticas pedagógicas. 6. A diversidade na legislação educacional. Conceito de Diversidade; O trato pedagógico e o lugar das Diversidades no Currículo da Educação Básica (Etnicorracial; Geracional; de Gênero; de Orientação Sexual; religiosa, cultural, territorial, físico- individual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras).

Bibliografia Básica

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et all. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. São Paulo: Cortez, 2013.

DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola. (Org.) Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. v. 2, 771p. – (Didática e prática de ensino)

Bibliografia Complementar

BORTONI – RICARDO, S. M. Nós Cheguemu na Escola, e agora? – Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SACAVINO, Susana (org). Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

VEIGA, Ilma P. A. e SILVA, Edileusa F. da. (Org.). A escola mudou. Que mude a formação de professores! 3. ed. Campinas: Papirus, 2010.

Periódicos especializados

ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

Disciplina: História Agrária do Brasil

Período: 4º (Optativa III)

Carga Horária: 30

Ementa: Questão agrária. Formação social brasileira. Mundo rural. Agronegócio. Campesinato. Lutas pela terra. Agricultura familiar. Trabalho escravo.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Júlio José. Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna, 1995.

LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SALGADO, Sebastião. Terra. Introdução de José Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Bibliografia Complementar:

CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). Comunicação rural e o novo espaço agrário. São Paulo: Intercom, 1999.

GONÇALVES, José Sidnei. Mudar para manter. Pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1999.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Campinas: Unicamp, 1999. MAZZALI, Leonel. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em 23 rede". São Paulo: Editora Unesp, 2000.

Disciplina: História e Relações de gênero

Período: 4º (Optativa III)

Carga Horária: 30 h

Ementa: Da história das mulheres ao gênero enquanto categoria de análise. A emergência do sexo/corpo no discurso médico-científico e jurídico na construção das diferenças. A historicidade dos papéis sociais de gênero. As fontes e as abordagens recentes na historiografia de gênero

Bibliografia Básica:

PERROT, Michelle (Dirs). História das mulheres no ocidente: do Renascimento a Idade Moderna, v. 3. Porto, Portugal: Afrontamento, 1999, p. 369-405.

RAGO, Margareth. Subjetividade, feminismo e poder, ou podemos ser outras? In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita (Org.) Relações de poder e subjetividades. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre 16 (2):5-22, jul. /dez. 1990. p. 5-22.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto; Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. RJ: Graal, 1988. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista História, v. 24, n.1, 2005, p. 77-98.

PERROT, Michelle. Os silêncios no corpo da mulher. In: MATOS, M. I. E SOIHET, R. (Org.) O corpo feminino em debate. SP: Unesp, 2003. p. 13 –27.

Disciplina: Prática como Componente Curricular - PCC IV – O cinema como recurso no ensino de história

Período: 4º

Carga Horária: 50 h

Ementa: Reflexão teórica e metodológica sobre História e cinema. Filmes como fontes para pesquisas e estudos históricos. Produção de material didático. Formulação de projetos de intervenção de aprendizagem e extensão. Procedimentos de avaliação. Produção educacional.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D’Assunção & NÓVOA, Jorge (org.). Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema. 2 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CAPELATO, Maria Helena, MORETTIN, E., NAPOLITANO, M. & SALIBA, Elias T.

História e cinema: dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda. NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar:

BERNARDET, Jean-Claude e RAMOS, Alcides Freire. Cinema e história do Brasil. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a História).

CASTRO, Nilo André Piana de (coord.). Cinema e Segunda Guerra. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1999.

FERREIRA, Jorge & SOARES, Mariza de Carvalho. A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. FERREIRA, Letícia Schneider. Cinema como fonte da história: elementos para discussão. MÉTIS: História & Cultura, v. 8, n. 15, p. 185-200, jan./jun. 2009.

FERRO, Marc. O filme: uma contra análise da sociedade. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). História: novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

DISCIPLINAS DO 5º PERÍODO

Disciplina: História da Amazônia II

Período: 5º

Carga Horária: 60 h

Ementa: A independência no Extremo Norte e problemas de “adesão” ao Império. A Cabanagem: história, memória e historiografia. Pós-Cabanagem e a reorganização provincial: os corpos de trabalhadores. A abertura do Amazonas: navegação, migração e comércio. O imperialismo inglês na Amazônia. A borracha e os tempos do seringal. A Belle-Époque amazônica: a reurbanização de Belém e Manaus. A crise da borracha. As oligarquias e o problema da terra. Rebeldia estética na Amazônia: o Modernismo no Pará. A Revolta de 30 no Pará. O governo de Magalhães Barata. Belém e Manaus em tempos de guerra. Os anos 50. A integração ao sul do Brasil: a Belém-Brasília. Os militares e o golpe de 1964: Jarbas Passarinho e Alacid Nunes. Os grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia: novas correntes migratórias, pobreza e meio ambiente. Os movimentos camponeses no Pará. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas.

Bibliografia Básica:

BECKER, Bertha K (0rg.). Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do Território. Brasília, Ed. UNB, 1990.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História Econômica da Amazônia, 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência. São Paulo: Hucitec, 1993.

Bibliografia Complementar:

CANCELA, Cristina Donza e CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). Migrantes na Amazônia (da pré-história aos dias de hoje). Belém: Editora da UFPA, 2009.

COIMBRA, Creso. A Revolução de 30 no Pará. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1981.

HÉBETTE, Jean (Org.). A Amazônia no processo de integração nacional. Belém, UFPA/NAEA-FIPAM, 1974.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: História e Análise de Problemas (do período da borracha aos dias atuais). Belém: Editora CEJUP, 2002.

PETIT, Pere. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

Disciplina: História do Brasil Império

Período: 5º

Carga Horária: 80 h

Ementa: O nascimento da nação: da herança colonial à interiorização da metrópole. Ruptura e unidade luso-brasileira: os conflitos e lutas do Primeiro Reinado e da Minoridade. Raça, cotidiano e levantes sociais: negros, índios e brancos do Império. Escravidão, trabalho livre, migração e abolicionismo. Guerra cultural do Império: Paraguai, política e sociedade no Segundo Reinado. Cultura e sociedade: o café, a borracha, a vida nas cidades e os conflitos urbanos. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino sobre o Brasil monárquico; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino. Oficina de práticas de ensino de história do Brasil Imperial através de atividades de extensão desenvolvida junto aos professores da educação básica.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Célia Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. Homens livres na ordem escravocrata.

São Paulo: Ática, 1974.

GOMES, Flávio. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1987.

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Disciplina: Historiografia Brasileira

Período: 5º

Carga Horária: 60 h

Ementa: A relação entre história e historiografia. Distinção entre os conceitos de história, conhecimento histórico e historiografia. Abordagens dos principais elementos da operação historiográfica. Narrativas históricas do século XVI ao XVIII. O processo de institucionalização da história: do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro às universidades. O poder historiográfico e a definição do campo de produção histórica. Estudo das diferentes correntes historiográficas brasileiras.

Bibliografia Básica:

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

IGLÉSIAS, Francisco. Historiadores do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

RODRIGUES, José Honório. História e historiografia. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. Historiografia luso- brasileira contemporânea. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. Cultura historiográfica. Memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ed. 34, 2008.

REIS, José Carlos. O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Disciplina: Didática e Prática de ensino

Período: 5º

Carga Horária: 60 h

Ementa: Pressupostos teóricos e epistemológicos da Didática; A construção do conhecimento na sala de aula e as relações que se estabelecem entre professor e aluno, ensino e pesquisa, escola e sociedade. A valorização do cotidiano escolar na prática docente. A dinâmica interna da sala de aula. A Didática e a interdisciplinaridade. Planejamento e avaliação de propostas de ensino e aprendizagem no contexto da educação básica.

Bibliografia Básica:

FAZENDA, Ivani (Org.). Didática e Interdisciplinaridade. Campinas, SP, Papirus, 1998.

CANDAU, V. M. (Org.). A Didática em questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. MARIN, Alda; SILVA, Aída Monteiro; SOUZA, Maria Inês Marcondes de (Org.) Situações didáticas. Araraquara, SP, JM Editora, 2003.

Bibliografia Complementar:

CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática histórica. Revista de História Regional. V. 6, n.2.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo, SP, Paz e Terra, 2011.

. Pedagogia do Oprimido. São Paulo, SP, Paz e Terra, 2011.

. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP, Paz e Terra, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Ensinar na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre, RS. Artmed, trad. Claudia Schilling, 2001.

Disciplina: Educação para as Relações Etnicorraciais

Período: 5º

Carga Horária: 60 h

Ementa: Raça, Etnia, Racismo, Etnocentrismo, Preconceito, Discriminação, Democracia Racial, Embranquecimento. História da Educação do Negro do Império ao Brasil Contemporâneo: Processo de Interdição Educacional do Negro; Principais

Legislações da Interdição; Acesso e Permanência de negros na escola; Base Legal das questões etnicorraciais: Lei 10.639/2003, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana/2009; Parecer nº 003/2004CNE/CP; Resolução CNE/CP Nº 1/2004; Lei 12.228/2010 – Estatuto da Igualdade Racial; 11. O NEAB Como Instrumento de Implementação da Lei 10.639/2003 e Sua Importância nas Instituições de Ensino Superior e a Formação Inicial e Continuada de Professores para ERER; 12. O trato com as questões etnicorraciais na formação inicial e continuada do professor;

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei n° 10.639, de 09.01.03: altera a lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- brasileira e Africana”. Brasília. 2003.

FOLEY, Robert. Por que a África? In: FOLEY, Robert. Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista. São Paulo: ed. UNESP, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações raciais no Brasil uma Breve Discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. SECAD: Brasília: 2005. p. 39-61.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. 2009.

MALAVOTA, Claudia Mortari. A Invenção da África. Introdução aos Estudos Africanos em Diáspora. <http://www.moodle.udesc.br/course/view.php?id=517->2011. HERNANDEZ, Leila Leite. África na sala de aula – visita à história contemporânea. 2ª Ed., São Paulo, Selo Negro, 2008.

KI –ZERBO, Joseph. História geral da África, I: Metodologia e Pré-história da África/ editado por Joseph. Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. Estudos afro-asiáticos, 2003, vol.25, nº.3, p.421-461.

Disciplina: Estágio Supervisionado I

Período: 5º

Carga Horária: 100 h

Ementa: A educação, a cultura e a sociedade e suas interfaces. A constituição dos processos de escolarização. O estágio como campo de conhecimento e suas concepções. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (História): possibilidades e problematizações para o ensino de História. O ensino de História: reflexões teóricas e metodológicas. O projeto político pedagógico da escola campo. Observação das diretrizes educacionais da escola campo. Elaboração de relatório das atividades de estágio.

Bibliografia Básica:

ALVES, Nilda (Org.) Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

CABRINI, Conceição et al. O Ensino de História: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Bibliografia Complementar:

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História ensinada. Campinas: Papirus, 1994.

KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 443-481.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). A história na escola: autores, livros e leituras. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Disciplina: Prática como Componente Curricular V - PCC V – Estratégias de diálogos sobre direitos humanos, temáticas socioambientais e diversidades na escola Período: 5º

Carga Horária: 50 h

Ementa: Configuração histórica dos direitos humanos na Contemporaneidade: concepções e gerações de Direitos; Memória e Direitos Humanos; Adolescência, teorias do desenvolvimento e diversidade de arranjos familiares, vulnerabilidade social, violência e criminalização da juventude. Intersetorialidade e execução da medida socioeducativa. Sócio educação na perspectiva dos direitos humanos Garantia de direitos e políticas públicas para adolescência e juventude enfocando questões de gênero, orientação sexual, etnia, diversidade religiosa, espiritualidade; as relações entre a sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Educação no processo de gestão ambiental. Operacionalização das atividades em Educação Ambiental.

Bibliografia Básica

COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo, ed. Saraiva, 1999.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAZZOTA, M.J.S. A educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar

ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CARVALHO, I. C. De M. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos F. B. et al (Org.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTHÉ. Fernandes, M. Ação Socioeducativa Pública. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

PEREIRA, I. e MESTRINER, M.L., Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade: Medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional. São Paulo: IEE/PUC-SP & FEBEM-SP, 1999.

DISCIPLINAS DO 6º PERÍODO

Disciplina: História do Brasil República

Período: 6º

Carga Horária: 80 h

Ementa: Leituras da República Brasileira: Proclamação da República, Primeira República, Estado Novo e Democracia Liberal Brasileira; debate historiográfico em torno do conceito de populismo; relações e estruturas econômicas e sociais; produção e representações culturais; estrutura e políticas de Estado; atores políticos e movimentos sociais; instituições e valores ideológicos; ocupação do espaço urbano no processo de urbanização e modernização; expropriação camponesa e a reterritorialização dos espaços rurais; a política ambiental na era Vargas. A conjuntura político-administrativa após a renúncia de Jânio Quadros. O debate historiográfico sobre a deflagração do Golpe Militar. A permanência dos militares no poder e a conformação do aparelho de repressão e de propaganda. Cultura e contracultura. A crise do regime e o processo de redemocratização. A sociedade brasileira e a disputa da memória sobre o período militar. Projetos desenvolvimentistas para o Brasil e seus impactos ambientais e sociais. Tensões sociais e políticas internas e sua relação com o cenário político e econômico internacional. Resistência, movimentos sociais no campo e nos centros urbanos. Limites e perspectivas no Brasil contemporâneo: integração liberal periférica; democracia restringida; projetos sociais em disputas. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino sobre o Brasil republicano; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino. Oficinas de análise de fontes históricas sobre o período republicano, voltadas aos professores da educação básica, nível médio das escolas públicas, através de atividades de extensão.

Bibliografia Básica:

D’ARAÚJO, Maria Celina et al. Visões do golpe: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice, 1988.

Bibliografia Complementar:

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARONE, Edgard. A República Velha: instituições e classes sociais. (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: História e Historiografia. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa em História

Período: 6º

Carga Horária: 50 h

Ementa: A pesquisa em História. Produção do conhecimento Historiográfico. Definição de Objeto. Justificativa do Objeto. Balanço Bibliográfico. Levantamento de Fontes. Elaboração de um projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D`Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. Planejamento de Pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2003.

PINSK, Carla (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. História: a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GINZBURG, Carlo. A Micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

. Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SAMARA, Eni; TUPY, Ismênia. História e Documentos e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Disciplina: Estágio Supervisionado II

Período: 6º

Carga Horária: 100 h

Ementa: Reflexão do estágio enquanto processo formativo e prática de pesquisa; currículo e a formação de professores de História; as especificidades do ensino de História; análise de livros didáticos e materiais pedagógicos utilizados no ensino de História; o planejamento e avaliação no ensino de História; elaboração e execução de projetos de oficinas temáticas na escola campo; elaboração de relatório das atividades de estágio.

Bibliografia Básica:

ABREU Martha; SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História ensinada. Campinas: Papirus, 1994.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes e FRANCO, Renato. Aprendendo história: reflexão e ensino. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Felix Batista de (org.). Ensino de história: múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). A história na escola: autores, livros e leituras. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SILVA, Marcos Antônio da FONSECA, S. G. Ensinar História no século XXI - Em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

Disciplina: Antropologia da Religião

Período: 6º (Optativa IV)

Carga Horária: 30 h

Ementa: Enfoques teóricos para o estudo de discursos e práticas religiosas; religião e magia; debates contemporâneos da antropologia aplicados à compreensão da religião.

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GEERTZ, C. A religião como sistema cultural. In A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Bibliografia Complementar:

GEERTZ, Clifford. “O beliscão do destino: A religião como experiência, sentido, identidade e poder”. In . Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

GEERTZ, C. Ethos: visão do mundo e a análise de símbolos sagrados. In, . A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HUBERT, H e MAUSS, M. Sobre a natureza e a função do sacrifício. In. MAUSS,

M. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 2009, pp. 141-228.

MAYR, Lucy. O que é religião? In.: Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, pp. 199-218.

WEBER, M. Religião. In.: Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2010, pp. 189- 252.

Disciplina: História social da Arte

Período: 6º (Optativa IV)

Carga Horária: 30 h

Ementa: Conceitos de arte e de arquitetura, dimensionamento estético, formação de repertório. Metodologias de discernimento e análise dos elementos: estrutural, tipológica, formal, semântica. Forma, espaço, função, necessidades, determinantes e condicionantes com remetimento à tradição cultural e aos modelos artísticos e construtivos. Arte e Arquitetura no Brasil Colonial; do Barroco ao Neoclassicismo; o Ecletismo; O século XX e as tendências contemporâneas. Questões fundamentais

para o ensino da História da Arte e suas implicações na formação do estudante. A História da Arte e da Arquitetura na atuação escolar

Bibliografia Básica:

ALPERS, Svetlana. O Projeto de Rembrandt: o atelier e o mercado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOMBRICH, E. A história da Arte. São Paulo: LTC. 2000.

WALBURG, Aby. Histórias de fantasmas para gente grande: escritos, esboços e conferências. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTRO, Raimundo Nonato de. Sobre o brilhante efeito: história e narrativa visual na Amazônia em Antônio Parreiras (1905-1908). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

COELHO, Geraldo Mártires. No coração do povo: O monumento à república em Belém 1891-1897. Belém: Paka-Tatu, 2002.

HALL. Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2016 KOSELLECK. Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

Disciplina: Prática como Componente Curricular VI - PCC VI – Estratégias do ensino de história – 6º ao 9º Ano

Período: 6º

Carga Horária: 50 h

Ementa: Pesquisa e ensino de História. Formulação de projetos de intervenção de aprendizagem e extensão. Procedimentos de avaliação.

Bibliografia Básica:

ABREU, Marta; SOIHET R.; GONTIJO, R. (org.). Cultura Política e Leituras do passado: Historiografia e Ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRANDÃO, C. R. A pergunta à várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. SP: Cortez, 2003.

FONSECA, Selva. Guimarães. Prática e Didática de História. Campinas: Ed. Papirus, 1993.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Margarida D. de; CAINELLI, Marlene R.; OLIVEIRA, Almir F. B. de (Org.). Ensino de história: múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008. PINSKY, Jaime et al. O ensino de história e a criação do fato. Rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marcos. Antônio da. História - O Prazer em Ensino e Pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ZAMBONI, E.; FONSECA, S. E. G. (Org.). Espaços de Formação do Professor de História. 1. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

DISCIPLINAS DO 7º PERÍODO

Disciplina: História Contemporânea

Período: 7º

Carga Horária: 80 h

Ementa: Análise dos conceitos e terminologias da contemporaneidade. Ecos da Marselhesa: Revolução, cidadania. Revolução Industrial e os mundos do trabalho. O imperialismo oitocentista na França e Inglaterra. A era Napoleônica e as revoluções liberais francesas. Nacionalismo e unificação da Itália e Alemanha. A cultura burguesa e a Inglaterra vitoriana. Os novos impérios coloniais. O “orientalismo”. Racismo e dominação: Europa e África. Análise do limiar do século XX: vanguardas, rebeldia estética e política. Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa: dos czares à União Soviética. A crise do capitalismo e a emergência dos regimes totalitários: Itália e Alemanha. A Segunda Guerra Mundial. O fim dos impérios europeus: descolonização na África, Ásia e Oceania. Desigualdade e dependência: o novo imperialismo do pós- guerra. Novas disputas internacionais: a Guerra Fria. A crise do socialismo e a nova ordem mundial: a globalização. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino sobre o período contemporâneo; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas, suas abordagens historiográficas e suas

perspectivas teóricas e de ensino através de atividades de extensão junto aos professores da educação básica.

Bibliografia Básica:

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 1989. ARRIGHI, Giovane. O Longo Século XX. São Paulo: UNESP, 1996.

HOBSBAWM, E. A Era dos Extremos, 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Bibliografia Complementar:

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1986.

FERRO, Marc. A Revolução Russa de 1917. São Paulo: Perspectiva, 1974. HOBSBAWM, E. A Era dos Impérios, 1874-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. PERROT, Michelle (org.). História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Disciplina: História da ciência e da tecnologia

Período: 7º

Carga Horária: 50 h

Ementa: Advento do campo da CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Conceituação e definição a respeito do que é técnica e tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação. Política científica e tecnológica. Valores e ética na prática científica. Controvérsias científicas. Seminário de socialização de atividades de pesquisa sobre a Ciência e a tecnologia através de atividades de extensão.

Bibliografia Básica:

DAGNINO, Renato. Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência. Campinas: UNICAMP, 2008.

CUPANI, Alberto. Filosofia da Tecnologia: um convite. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Edições Loyola, 2000

Bibliografia Complementar:

LATOUR, Bruno. Ciência Em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Mundo

Afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACEY, Hugh. Valores e atividade científica. São Paulo: Editora 34, 2008. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.

Disciplina: Estágio Supervisionado III

Período: 7º

Carga Horária: 100 h

Ementa: A experiência na escola/campo: reflexões e práticas. Ensino e pesquisa na prática docente. A produção do conhecimento histórico e as possibilidades do uso de fontes em sala de aula. Documentos históricos como recursos didáticos no ensino de História. Elaboração e execução de oficinas com fontes e metodologias aplicadas ao ensino de História em forma de ação de extensão. Produção textual avaliativa das atividades do Estágio III. Elaboração de relatório das atividades de estágio.

Bibliografia Básica:

CATELLI JUNIOR, Roberto. Temas e linguagens da história: ferramentas para sala de aula no ensino médio. São Paulo: Scipione, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo. Cortez, 2005.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

CABRINI, Conceição et al. O Ensino de História: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). A história na escola: autores, livros e leituras. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Disciplina: Metodologia do ensino de história

Período: 7º

Carga Horária: 60 h

Ementa: Metodologias de ensino em História. Transposição didática em História. Saber Histórico Escolar. Literatura didática de História: produção e usos. Avaliação em História.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, Selva. Guimarães. Prática e Didática de História. Campinas: Ed. Papirus, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). A História do Ensino de História do Brasil. Rio de Janeiro: Access, 1998.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo e ALVES, Ronaldo Cardoso.

Ensino de História. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CABRINI, Conceição et al. O Ensino de história: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. e STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007.

PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009.

Disciplina: TCC I

Período: 7º

Carga Horária: 60 h

Ementa: Leitura, análise e acompanhamento dos projetos de pesquisa por linha de pesquisa. Encaminhamento metodológico específico para cada projeto. Leituras e acompanhamento bibliográfico de cada projeto de pesquisa. Metodologia para elaboração de relatório de pesquisa.

Bibliografia Básica:

GATTI, Bernardete A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar:

LUNA, Sérgio Vasconcelos. Planejamento de Pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2003.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2010.

PINSK, Carla (Org.). O Historiador e suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2009. RICHARDSON, Roberto Jarry (et all.). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.).

Conhecimento, pesquisa e educação. Campinas: Papirus, 2001.

Disciplina: Prática como Componente Curricular VII - PCC VII – Estratégia do ensino de história – Ensino Médio

Período: 7º

Carga Horária: 50 h

Ementa: Pesquisa e ensino de História no ensino médio. Seleção, organização e uso de recursos didáticos. Elaboração de projeto de intervenção/extensão. Procedimentos de avaliação.

Bibliografia Básica

CATELLI JUNIOR, Roberto. Temas e linguagens da história: ferramentas para sala de aula no ensino médio. São Paulo: Scipione, 2009.

FONSECA, Selva. Guimarães. Prática e Didática de História. Campinas: Ed. Papirus, 1993.

OLIVEIRA, Margarida D. de; CAINELLI, Marlene R.; OLIVEIRA, Almir F. B. de (Org.) Ensino de história: múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008. Bibliografia Complementar

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo e ALVES, Ronaldo Cardoso.

Ensino de História. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

CABRINI, Conceição et al. O Ensino de história: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo. Cortez, 2005.

DISCIPLINAS DO 8º PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado IV

Período: 8º

Carga Horária: 100 h

Ementa: Aula-oficina: uma proposta investigativa para as aulas de História; Plano de intervenção: da busca dos conhecimentos prévios à elaboração e execução do plano de aula; Seminário de estágio: produção, apresentação e problematização da experiência final do Estágio. Esta atividade configura-se como ação de extensão, na medida em que será um momento de troca de experiência entre os discentes e docentes tanto do curso quanto das escolas em que realizaram seus estágios. Elaboração de relatório de estágio.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

COSTA. V. Alves da. Ensino de história e educação inclusiva: suas dimensões formativas. In: Ana Maria Monteiro; Arlette Medeiros Gasparello; Marcelo de Souza

Magalhães. (Org.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. 2°ed.Rio de Janeiro: Mauad x Faperj, 2009. v. 2, p.253-262.

OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Felix Batista de (org.). Ensino de história: múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008.

Bibliografia Complementar:

ABREU Martha; SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História ensinada. Campinas: Papirus, 1994.

PINSKY, Jaime. Cidadania e educação. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Marcos. Antônio da. História - O Prazer em Ensino e Pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, Marcos. Antônio da; FONSECA, S. G. Ensinar História no século XXI – Em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

Disciplina: TCC II

Período: 8º

Carga Horária: 60 h

Ementa: Leitura, análise e acompanhamento dos projetos de pesquisa por linha de pesquisa. Encaminhamento metodológico específico para cada projeto. Leituras e acompanhamento bibliográfico de cada projeto de pesquisa. Metodologia para elaboração da redação final da monografia de graduação.

Bibliografia Básica:

GATTI, Bernadete A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar:

LUNA, Sérgio Vasconcelos. Planejamento de Pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2003.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2010.

PINSK, Carla (Org.). O Historiador e suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2009. RICHARDSON, Roberto Jarry (et all.). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.).

Conhecimento, pesquisa e educação. Campinas: Papirus, 2001.

Disciplina: Prática como Componente Curricular VIII - PCC VIII – O ensino de história e as novas ferramentas educacionais

Período: 8º

Carga Horária: 50 h

Ementa: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino aprendizagem. Inventário das principais possibilidades de utilização didática dos recursos fornecidos pela telemática pelos professores de história. Elaboração de recursos didáticos digitais e aplicação desses produtos no ambiente escolar através de projetos de intervenção.

Bibliografia Básica

FONSECA, Cláudia Chaves. Meios de Comunicação vão à escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATTA, Alfredo. Tecnologia de Aprendizagem em Rede e Ensino de História: Utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

TAJIRA, S. F. Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. 3 ed. São Paulo: Érica, 2003.

Bibliografia Complementar

CARMO, Josué Geraldo Botura do. As novas Tecnologias da informação e a comunicação no ensino de História. [s.l], [s.e], janeiro de 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2006 (Coleção Magistério: Formação do Trabalho Pedagógico).

ROMMEL Melgaço Barbosa. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Ed. Artmed – RS, 2005.

PAIS, Luiz Carlos. Educação Escolar e as Tecnologias da Informática. 1ª Edição. Editora: Autêntica, 2002.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi; KARNAL Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.